

25 temas que podem cair na sua redação do Enem

E aí, vestibulando?

Nervoso com o Enem chegando? Então, segura esse frio na barriga e vem conferir um conteúdo especial que preparamos para você nessa reta final: os 25 temas de redação que têm super chances de cair no Enem esse ano!

Nesse eBook você encontrará:

- Temas de redação que podem aparecer no Enem
- Modelos de redações exemplares sobre esses temas

A ideia é que você veja como o tema pode ser explorado na prova, como costumam ser os textos de apoio, como é que a proposta pode aparecer e como desenvolver uma redação nota 1000 sobre o que foi pedido.

Partiu praticar redação? :D

Tema 1

O sistema prisional brasileiro e seus efeitos no século XXI

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O sistema prisional brasileiro e seus efeitos no século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Com o passar dos anos, fiz amigos entre eles, alguns dos quais se tornaram íntimos. Duas razões contribuíram para que me aceitassem como personagem do meio, ou “do Sistema”, como costumam referir-se aos funcionários do Sistema Penitenciário. A primeira foi o exercício da medicina. Homens como eles ganham mal e dependem da assistência dos hospitais públicos. Perdi a conta de quantas consultas, de quantos conselhos sobre a saúde de familiares me foram pedidos e do número de internações e tratamentos que tentei conseguir — muitas vezes em vão. A segunda foi por iniciativas menos nobres. A natureza do trabalho dos guardas de presídio pouco os diferencia da condição do prisioneiro, exceto o fato de que saem em liberdade no fim do dia, ocasião em que o bar é lenitivo irresistível para as agruras do expediente diário. (...)

Trecho de “Carcereiros”, de Drauzio Varella. Companhia das Letras: 2012.

Texto 2

A desestruturação do sistema prisional traz à baila o descrédito da prevenção e da reabilitação do condenado. Nesse sentido, a sociedade brasileira encontra-se em momento de extrema perplexidade em face do paradoxo que é o atual sistema carcerário brasileiro, pois de um lado temos o acentuado avanço da violência, o clamor pelo recrudescimento de pena e, do outro lado, a superpopulação prisional e as nefastas mazelas carcerárias.

Vários fatores culminaram para que chegássemos a um precário sistema prisional. Entretanto, o abandono, a falta de investimento e o descaso do poder público ao longo dos anos vieram por agravar ainda mais o caos chamado sistema prisional brasileiro. Sendo assim, a prisão que outrora surgiu como um instrumento substitutivo da pena de morte, das torturas públicas e cruéis, atualmente não consegue efetivar o fim correccional da pena, passando a ser apenas uma escola de aperfeiçoamento do crime, além de ter como característica um ambiente degradante e pernicioso, acometido dos mais degenerados vícios, sendo impossível a ressocialização de qualquer ser humano.

Trecho disponível em: <http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/59/artigo213019-5.asp>

Texto 3

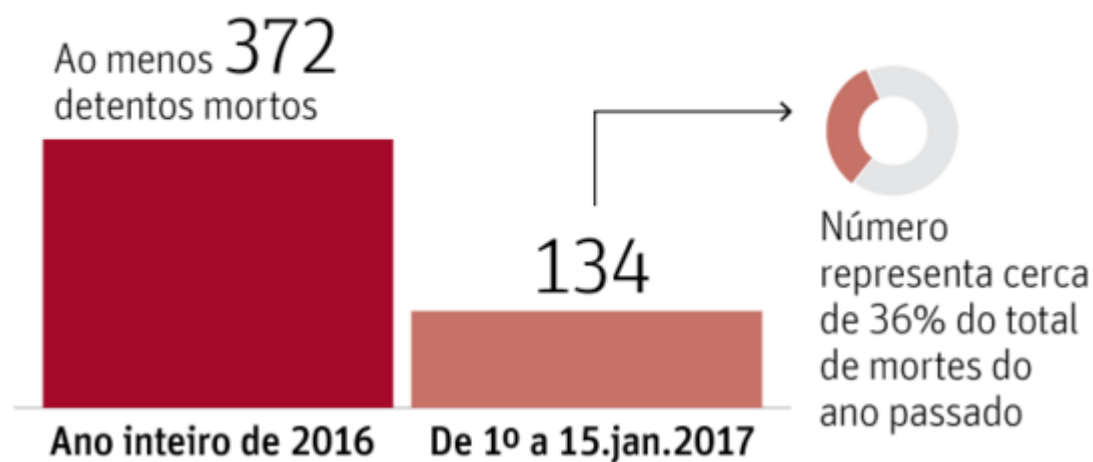
Pessoas feridas, celas superlotadas e uma alimentação precária. Essas são as principais lembranças que o padre Valdir João Silveira, coordenador nacional da Pastoral Carcerária, tem das três visitas que fez ao Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus. Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Amazonas, 56 pessoas morreram em um conflito entre membros de duas facções criminosas nesse presídio durante um motim que durou cerca de 17 horas. Uma inspeção feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em outubro de 2016 classificou a unidade como “péssima”.

“Aquilo é uma fábrica de tortura, que produz violência e cria monstros. É um ambiente de tensão e barbárie constante”, afirmou o padre Valdir Silveira em entrevista à BBC Brasil. Silveira afirma, porém, que encontrou situação semelhante em diversos presídios do país. “Você vê isso em todos os Estados. É uma bomba-relógio que pode explodir a qualquer momento no país inteiro. No presídio do Humaitá, também no Amazonas, a situação é ainda mais precária”, relata ele.

Trecho disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38492771>

Texto 4

MORTES EM PRESÍDIOS



Folha de São Paulo (06/01/2016)

Modelo de Redação

Na obra “Memórias do Cárcere”, o autor Graciliano Ramos – preso durante o regime do Estado Novo – relata os maus tratos, as péssimas condições de higiene e a falta de humanidade vivenciadas na rotina carcerária. Hoje, ainda que não vivamos mais em um período opressor, o sistema prisional brasileiro continua sendo visto como um símbolo de tortura. Desse modo, rever a situação social a qual o penitenciário está submetido é indispensável para avaliar seus efeitos na contemporaneidade.

Primeiramente, a má infraestrutura na maioria das cadeias faz com que os presos firmem uma luta diária pela sobrevivência. Mesmo que estes vivam em um regime fechado, a superlotação e deterioração das celas e, até, a falta de água potável provam a falta de subsídio à integridade humana, visto que os indivíduos são postos à margem do descaso. Ademais, tal condição supre a visão Determinista do século XIX, que afirma que o homem é fruto de seu meio. Porém, se esse olhar não for combatido, ao final da pena, o indivíduo terá dificuldades para se reintegrar na sociedade e tende a viver do trabalho informal ou, em muitos casos, voltar ao crime.

Outro problema vigente é a negligência às condições higiênicas do público feminino. A jornalista Nana Queiroz, autora do livro “Presos que menstruam”, retratou a realidade de detentas que sofreram com o tratamento idêntico entre os gêneros, sendo excluídos os cuidados íntimos da mulher, vide a falta de absorventes, em algumas prisões, e ausência de acompanhamento ginecológico. Esses aspectos revelam a falta de políticas públicas que prezem pela saúde feminina e esconde, ainda, o tratamento destinado às gestantes, que não possuem um zelo diferenciado na gravidez e tampouco o auxílio médico na maioria dos sistemas carcerários.

Portanto, a maneira que os indivíduos são tratados no cárcere fere os direitos humanos e, por isso, mudanças fazem-se urgentes. O governo deve investir na extensão de cadeias para evitar a lotação e, como solução paliativa, usar caminhões pipa para suprir a carência de água potável. Além disso, atividades pedagógicas ou esportivas, intermediadas por ONGs, darão aos detentos a oportunidade de reinserção social. O acesso à saúde pública é um direito universal, logo, são imprescindíveis equipes médicas e a fiscalização desses cuidados, principalmente em relação à saúde da mulher. Assim, garantiríamos que as condições dos detentos não fossem enfrentadas de forma desumana.

Tema 2

A igualdade de gêneros em discussão no século XXI

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A igualdade de gêneros em discussão no século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1



Princípios de Empoderamento das Mulheres – Igualdade significa negócios, publicação do Pacto Global da ONU e ONU Mulheres. Disponível em: <http://premiowepsbrasil.org/igualdade-ou-equidade-de-genero/>. Acesso em: 23 fev 2015 (adaptado).

Texto 2

Enquanto o sexo biológico é determinado por características genéticas e anatômicas, o gênero é uma identidade adquirida e refere-se à variedade de papéis e relacionamentos construídos pela sociedade para os dois sexos. Por isso, o gênero muda ao longo do tempo e varia grandemente dentro das diferentes culturas em todo o mundo.

A igualdade de gênero descreve o conceito de que todos os seres humanos, tanto mulheres como homens, são livres para desenvolver as suas capacidades pessoais e fazer escolhas sem as limitações impostas por estereótipos. Igualdade de gênero não significa que as mulheres e homens têm de ser idênticos, mas que os seus direitos, responsabilidades e oportunidades não dependem do fato de terem nascido com o sexo feminino ou masculino.

Assim, a equidade entre gêneros significa que homens e mulheres são tratados de forma justa, de acordo com as respectivas necessidades. O tratamento deve considerar, valorizar e favorecer de maneira equivalente os direitos, benefícios, obrigações e oportunidades entre homens e mulheres.

Princípios de Empoderamento das Mulheres – Igualdade significa negócios, publicação do Pacto Global da ONU e ONU Mulheres. Disponível em: <http://premiowepsbrasil.org/igualdade-ou-equidade-de-genero/>. Acesso em: 23 fev 2015 (adaptado).

Texto 3

A diferença salarial entre mulheres e homens no Brasil é uma das maiores do mundo, e equiparar a condição dos dois sexos no país levará um século. Essas são algumas das conclusões do Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2016 do Fórum Econômico Mundial, publicado nesta quarta-feira em Genebra.

Entre 144 países avaliados, o Brasil ocupa apenas a 129ª posição quando avaliado isoladamente o quesito de igualdade de salários entre gêneros. Países criticados por violações aos direitos das mulheres, como Irã, Iêmen e Arábia Saudita, estão em melhor posição que o Brasil. Para equiparar as condições econômicas de homens e mulheres, serão necessários 95 anos, se o atual ritmo de progresso for mantido. Em termos gerais, incluindo política, educação e outros aspectos sociais, equiparar as condições entre gêneros no país levará 104 anos.

Segundo o Fórum Econômico Mundial, a taxa brasileira é melhor que a média mundial, de cerca de 170 anos. Mas, ainda assim, o ritmo de avanço é considerado “lento demais”. O estudo mostra que a presença de Dilma Rousseff no cargo de presidente nos últimos anos fez o Brasil subir no ranking geral da entidade, passando da 85ª posição para a 79ª entre 2014 e 2015. Mas a classificação ainda é pior do que a de dez anos atrás, quando o país ocupava a 67ª posição. Hoje, o Brasil fica atrás dos dezessete outros países latino-americanos.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/economia/brasil-levara-100-anos-para-igualar-salarios-de-homens-e-mulheres/>

Modelo de Redação

A desigualdade entre homens e mulheres é um dos maiores abismos que separam a sociedade contemporânea da igualdade. O estigma do sexo frágil, a desigualdade salarial, o ideal de dona de casa exemplar, muito difundido no século XX, e o machismo a que são submetidas são problemas cotidianos de muitas mulheres. Vale ressaltar que a comunidade LGBT também é marginalizada por causa dos estereótipos impostos para a manutenção da desigualdade.

A sociedade patriarcal sempre subestimou e subjugou as mulheres: um recorte histórico, seja diacrônico, seja sincrônico, leva-nos à mesma conclusão. O esforço feito para a construção da dicotomia homem versus mulher culminou em papéis sociais bem atribuídos e delimitados a cada um. Em pleno século XXI, é comum, mesmo depois de todos os avanços tecnológicos, do boom pós-guerra e do progresso das sociedades, que mulheres sejam tolhidas de direitos por conta do privilégio dos homens.

Entretanto, engana-se quem pensa que não há forte oposição a esse sistema. O movimento feminista ganha força dia a dia. A luta pela equidade de gêneros se consolida e ganha apoio não só de mulheres, mas de homens também. No último mês, ocorreu no EUA, a Women's March (traduzida como Marcha pelas Mulheres), que contou com a presença de famosas como Miley Cyrus, Madonna, Ariana Grande e mais 500 mil pessoas. A manifestação tinha como objetivos a reivindicação da igualdade de gêneros e o apelo ao novo ocupante da Casa Branca, que não é simpatizante da pauta: Donald Trump.

Não se pode esquecer que a questão de gêneros transcende a dicotomia homem X mulher: ela se associa à capacidade e à possibilidade de um ser construir sua identidade. Portanto, a comunidade LGBT está intimamente ligada a esta luta de equidade de gêneros para a obtenção de direitos civis. Pessoas trans foram contempladas, recentemente, com o direito do uso do nome social na hora da matrícula em algumas universidades e concursos públicos; e o Facebook reorganizou as definições de gêneros para os usuários, o que elucida algumas conquistas dessa incansável militância.

Portanto, se pensarmos como Simone de Beauvoir, os padrões de gêneros não são biológicos, mas sociais, logo, podem ser redefinidos. Os educadores e a família devem se informar para que possam conscientizar as crianças contra o sexismo. Cabe aos meios midiáticos a propagação de informação e conhecimento, que pode ser em conjunto a algumas ONGs que já realizam este trabalho em campanhas pela igualdade. O Estado deve dar incentivo, aliado aos meios de comunicação, aos empregadores para que se plasme a ideia de que homens e mulheres são iguais e, assim, se faça valer o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira.

Tema 3

A importância da reivindicação pela saúde pública no Brasil

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A importância da reivindicação pela saúde pública no Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Temos a saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado, com os seus princípios doutrinários e organizacionais expressos na Constituição. Os limites assistenciais não são bem definidos, mas temos certamente um limite nos recursos disponíveis. Neste cenário, a definição de objetivos claros e a priorização de ações são absolutamente críticas. Uma compreensão e um acordo coletivo sobre a interpretação dos princípios doutrinários são imprescindíveis. Propostas precisam ser apresentadas e debatidas. Urge discussões responsáveis que reconheçam a real condição da saúde e os dilemas existentes. Essas propostas deveriam ser minimamente embasadas por fundamentos que as justifiquem do ponto de vista sanitário e econômico.

O Estado deve regulamentar, regular, controlar e fiscalizar o sistema e suas partes. Essas funções são, por si só, desafiadoras num sistema complexo, dinâmico e criativo. A assistência à saúde não necessariamente precisa ser prestada pelo poder público, e a eficiência operacional deveria ser priorizada.

Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/08/1504723-marcos-bosi-ferrazpropostas-para-a-saude.shtml>

Texto 2

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.
- qualquer ser humano.

[Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 25] Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

Texto 3



Texto 4



Modelo de Redação

Em 2013, centenas de jovens foram às ruas lutar por seus direitos civis e cobrar das autoridades melhorias sociais, dentre elas, a saúde. Ainda que esses direitos sejam garantidos pela Constituição Federal, os casos de corrupção fizeram com que a população se mobilizasse – visando chamar a atenção dos governantes – em busca de meios que assegurem o bem-estar dos cidadãos. Neste sentido, nota-se que a saúde pública não é vista como prioridade e faz-se preciso combater esse descaso, como também, reconhecer a importância das reivindicações populares para alterar tal cenário na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, a crise econômica afeta a saúde pública. No Brasil, a situação política atual passa por uma grave tensão financeira e, para conter gastos, os governantes cortaram os investimentos na distribuição de remédios, fazendo com que a população sofresse com esses reflexos. De acordo com informações do site G1, em 2016, o estado de Mato Grosso reduziu o fornecimento gratuito de medicamentos para o tratamento de doenças graves, como a fibrose cística, que afeta as glândulas responsáveis pela produção de secreções no organismo. Dessa forma, vários pacientes que não têm condições para arcar com os gastos dos remédios são prejudicados e o funcionamento de sua saúde é posto em risco.

Além disso, os atos de corrupção corroboram para que não haja mudanças nos hospitais. Infelizmente, são inúmeros os casos de desvios de verbas e a falta de transparência sobre as transações financeiras que, até então, deveriam ser destinadas aos investimentos na infraestrutura dos hospitais públicos, à compra de produtos médicos e hospitares e, também, ao pagamento de funcionários. Em consequência disso, nota-se que a qualidade do atendimento é fragilizada, pois há casos em que vários pacientes deixam de serem socorridos devido à ausência de macas, máquinas de raio x e equipamentos médicos descartáveis, por exemplo.

Nessa perspectiva, portanto, vê-se a necessidade de reivindicar pela valorização da saúde pública no Brasil. Ainda que o país enfrente uma crise, os investimentos na saúde não podem ser cortados, visto que parte dos cidadãos depende dessa assistência. Assim, as autoridades, como medida paliativa, devem diminuir gastos em outras áreas, continuar com a distribuição de remédios e investir na infraestrutura dos hospitais. Ademais, o governo deve ser mais severo em relação aos casos de corrupção e agir conforme a lei, punindo os envolvidos e, com a ajuda da mídia, divulgar tais ações para que as denúncias sejam transparentes e que, com o acompanhamento da população, essa situação não persista. Se essas medidas forem realizadas, não será mais preciso que ocorra outra manifestação que lembre os direitos, que já deveriam estar assegurados, da população.

Tema 4

A exploração trabalhista na sociedade moderna

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A exploração trabalhista na sociedade moderna**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Quem compare, por exemplo, o regime do trabalho das velhas corporações e grêmios de artesãos com a ‘escravidão dos salários’ nas usinas modernas tem um elemento precioso para o julgamento da inquietação social dos nossos dias. Nas velhas corporações, o mestre e seus aprendizes e jornaleiros formavam como uma só família, cujos membros se sujeitavam a uma hierarquia natural, mas que partilhavam das mesmas privações e confortos. Foi o moderno sistema industrial que, separando os empregadores e empregados nos processos de manufatura e diferenciando cada vez mais suas funções, suprimiu a atmosfera de intimidade que reinava entre uns e outros e estimulou o antagonismo de classe. O novo regime tornava mais fácil, além disso, ao capitalista, explorar o trabalho de seus empregados, a troco de salários ínfimos.

Para o empregador moderno – assinala um sociólogo norte-americano, o empregado transforma-se em um simples número: a relação humana desapareceu. A produção em larga escala, a organização de grandes massas de trabalho e complicados mecanismos para colossais rendimentos, acentuou, aparentemente, e exacerbou a separação das classes produtoras, tornando inevitável um sentimento de irresponsabilidade, da parte dos que dirigem, pela vida dos trabalhadores manuais.

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26 a edição, p. 142

Texto 2

O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato, de logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho

exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa.(...) É atividade de outrem e a perda de si mesmo.

[MARX, Karl. O trabalho alienado. In: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=164:o-trabalho-alienado-de-marx&catid=8:biblioteca-comunista

Texto 3

O conselho da cidade de Gotemburgo, na Suécia, aprovou uma experiência que reduzirá para seis horas a jornada de trabalho diária de parte dos funcionários públicos e deixará outra parte com as oito horas atuais, mantendo os mesmos salários, segundo informou o jornal The Independent.

Com duração de um ano, o teste servirá para avaliar se uma jornada de trabalho menor pode diminuir o número de faltas por problemas de saúde e até melhorar a produtividade. Experimentos do tipo já foram feitos em outros lugares do mundo e mostraram que após um tempo os trabalhadores acabam cansados, mesmo com a jornada reduzida”. Suécia fará teste com 6h diárias de trabalho e salário igual.

In: <http://economia.terra.com.br/suecia-fara-teste-com-6h-diarias-de-trabalho-e-salario-igual,feb41a4ef645410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>

Texto 4



Modelo de Redação

No filme “Tempos Modernos”, Charles Chaplin retrata a condição a qual estava submetido o trabalhador durante a Revolução Industrial: jornadas exaustivas, ausência de direitos básicos e a alienação trabalhista. Essas características, infelizmente, também são identificadas na contemporaneidade, uma vez que a exploração trabalhista ganhou novas “roupagens” e formas de delimitar a rotina de muitos funcionários.

Em primeiro lugar, o medo de ficarem sem uma fonte de renda faz com que muitas domésticas aceitem certas circunstâncias trabalhistas. Historicamente, as empregadas costumam ter uma carga intensa de trabalho e recebem um valor que não condiz com a sua atuação; por conseguinte, tal fato incitou a criação da PEC das Domésticas, aprovada em 2015, que visa assegurar os direitos trabalhistas, como o salário mínimo e o direito a férias. Mesmo com tais melhorias, são inúmeros os casos de patrões que ignoram a nova Lei e ameaçam funcionários de uma possível demissão, o que mascara uma exploração indireta na modernidade.

Além disso, nas zonas rurais do Brasil concentram grandes casos de trabalhos análogos à escravidão. A proposta da Lei Áurea parece ainda ecoar no âmbito social, pois os meios de comunicação continuam denunciando fazendas e sítios que mantinham cidadãos em condições de exploração trabalhista, o que evidencia a falta de fiscalização de empresas que financiam o agronegócio, principalmente no campo da cana-de-açúcar, onde os cortadores atuam abaixo de um sol tórrido e em condições precárias. Nesta perspectiva, nota-se que o abuso trabalhista apresenta diversas facetas que precisam ser extintas.

É imprescindível, portanto, a alteração desse cenário preocupante. As domésticas devem ter seus direitos assegurados e cobrar seus benefícios e, se ameaçadas, denunciem ao Sindicato de trabalhadores para que as devidas providências sejam tomadas. Ademais, faz-se urgente que o Governo atue na fiscalização de propriedades localizadas nas zonas rurais, punindo os culpados e que o Ministério da Saúde preste auxílio médico e psicológico às vítimas desse abuso. A mídia, com seu poder persuasivo, pode alarmar a população sobre tais casos, pois, só com uma sociedade que preze pela transparência, as máscaras da exploração poderão cair.

Tema 5

A prática do bullying nas escolas do Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A prática de bullying nas escolas do Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Quem compare, por exemplo, o regime do trabalho das velhas corporações e grêmios de artesãos com a ‘escravidão dos salários’ nas usinas modernas tem um elemento precioso para o julgamento da inquietação social dos nossos dias. Nas velhas corporações, o mestre e seus aprendizes e jornaleiros formavam como uma só família, cujos membros se sujeitavam a uma hierarquia natural, mas que partilhavam das mesmas privações e confortos. Foi o moderno sistema industrial que, separando os empregadores e empregados nos processos de manufatura e diferenciando cada vez mais suas funções, suprimiu a atmosfera de intimidade que reinava entre uns e outros e estimulou o antagonismo de classe. O novo regime tornava mais fácil, além disso, ao capitalista, explorar o trabalho de seus empregados, a troco de salários ínfimos.

Para o empregador moderno – assinala um sociólogo norte-americano, o empregado transforma-se em um simples número: a relação humana desapareceu. A produção em larga escala, a organização de grandes massas de trabalho e complicados mecanismos para colossais rendimentos, acentuou, aparentemente, e exacerbou a separação das classes produtoras, tornando inevitável um sentimento de irresponsabilidade, da parte dos que dirigem, pela vida dos trabalhadores manuais.

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26 a edição, p. 142

Texto 2

A lei que obriga escolas e clubes a adotarem medidas de prevenção e combate ao bullying entrou em vigor nesta semana. O texto, publicado no “Diário Oficial da União” em 9 de novembro havia sido aprovado pela Câmara em outubro e enviado para a sanção presidencial. Pelo texto aprovado, bullying é definido como a prática de atos de violência física ou psíquica exercidos intencional e repetidamente por um indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas com o objetivo de intimidar ou agredir, causando dor e angústia à vítima.

O projeto determina que seja feita a capacitação de docentes e equipes pedagógicas para implementar ações de prevenção e solução do problema, assim como a orientação de pais e familiares para identificar vítimas e agressores. Também estabelece que sejam realizadas

campanhas educativas e fornecida assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores. Segundo o texto, a punição dos agressores deve ser evitada “tanto quanto possível” em prol de alternativas que promovam a mudança de comportamento hostil.

Disponível em: G1 Globo

Texto 3

Assim como na pesquisa de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior parte dos entrevistados relataram em 2015 terem praticado bullying mais do que sofreram com o problema, e isso não apenas na escola, mas em qualquer ambiente que frequentam. Meninas são menos provocadoras do que meninos: 15,6% das alunas disseram já ter praticado bullying, enquanto entre os meninos a proporção sobe para 24,2%. A prática é um pouco mais frequente nas escolas privadas (21,2% dos entrevistados disseram fazer bullying) do que na rede pública (19,5%).

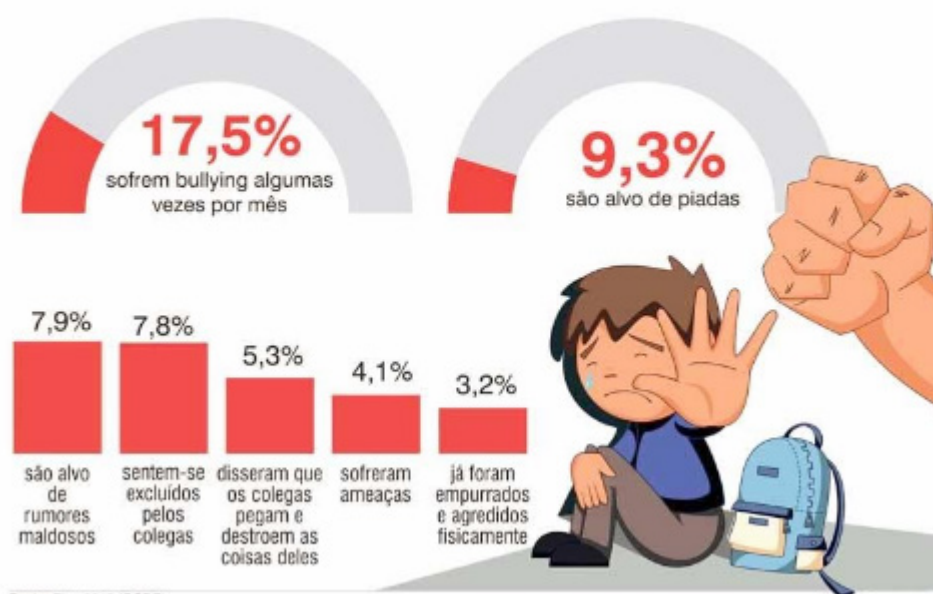
Sofreram bullying com frequência 7,4% (194,6 mil) dos alunos do 9º ano, principalmente por causa da aparência física. A incidência das provocações é um pouco maior nas escolas públicas (7,6%) , se comparada as particulares (6,5%).

Disponível em: Uol Educação

Texto 4

VÍTIMAS

Estudantes brasileiros sofrem exposição constante ao bullying



Modelo de Redação

No drama “Preciosa”, de 2009, a personagem Claireece comprova que há 29 anos os Estados Unidos já discutiam o tão perigoso bullying. Violentada pelo pai e negligenciada pela mãe, a menina de 16 anos, já com um filho, ainda precisava lidar com os duros deboches em sala de aula, alimentando o seu isolamento e, conseqüentemente, o distanciamento do aprendizado escolar. No Brasil, a realidade não é diferente; porém, a verdadeira preocupação só chegou às instituições de ensino em 2016, ano em que a prevenção e o combate à prática virou lei no país. Isso confirma que, diferentemente da situação norte-americana, a luta aqui é recente e precisa ser valorizada, tanto no ambiente escolar quanto no familiar.

Em primeiro lugar, é preciso destacar a importância da escola na solução de atos como o bullying. Isso porque, além da simples exposição de conteúdo, é seu dever educar o aluno para a convivência no coletivo, nas relações pessoais e profissionais. Paulo Freire já falava em uma “cultura da paz”, evidenciando o papel da educação na exposição de injustiças, incentivando a colaboração, a convivência com o diferente, a tolerância. Isso comprova a necessidade de as instituições trabalharem o assunto dentro e fora de sala, combatendo a violência entre os alunos e dos próprios professores com os estudantes. Há, porém, outro agente muito importante nessa luta: a família.

Apesar de acontecerem, em sua maioria, dentro das escolas, os casos de bullying também podem ser combatidos com a ajuda dos responsáveis. Para isso, porém, é necessário que o ambiente em casa seja de acolhimento, e não de repulsa. No filme, a mãe de Preciosa não apoiava a filha, não ligava para os seus problemas e, inclusive, permitia abusos por parte do pai. Se o espaço privado não é de compreensão, os problemas na rua se agravam e, conseqüentemente, o isolamento do indivíduo é cada vez maior. Claireece se escondia na sua imaginação, a única coisa que, de fato, ela aceitava como era.

Torna-se evidente, portanto, a necessidade de se discutir a questão e o papel da escola e dos responsáveis nessa luta. Em primeiro lugar, o poder público, criador da lei que incentiva o combate à prática, pode fiscalizar as instituições e fazer valer o que está no Diário Oficial, contratando, inclusive, mais psicólogos para os colégios e promovendo treinamentos. A mídia pode denunciar os casos, a fim de facilitar o trabalho do governo e, é claro, conscientizar a população. Deve, também, por meio de ficções, levar a discussão à família, mostrando a importância de o assunto ser tratado em casa. A escola, então, pode chamar os pais ao debate e, com palestras e reuniões em grupo, mostrar o seu papel nessa prevenção. Só assim será possível evitar que, no Brasil, 29 anos depois, tenhamos mais figuras como a de Preciosa, que precisava dos sonhos para escapar de todo o pesadelo que a sua vida insistia ser.

Tema 6

Desastres ambientais: Qual o preço do desenvolvimento?

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Desastres ambientais: qual o preço do desenvolvimento?**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Vários crimes contra a natureza são dolorosamente memoráveis. O primeiro a chamar atenção mundial foi a destruição atômica em Hiroshima e Nagasáki, no Japão, que matou pelo menos 150 mil japoneses e deixou o ambiente local radioativo por décadas. Outra tragédia nuclear, a explosão de um reator na usina de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, tirou a vida de 10 mil pessoas e afetou milhares de quilômetros de florestas. Outras tristes lembranças são os derramamentos de óleo no mar do Alasca, em 1989, e na costa espanhola, no ano passado. Ou o vazamento de gases tóxicos em Bhopal, na Índia, em 1984, considerado o pior acidente químico da história. Em nosso mosaico de desastres ecológicos, entraram fatos causados pelo homem que provocaram grande dano à natureza em um curto espaço de tempo.

“São catástrofes sérias por causa das perdas de vidas, mas são desastres pontuais. As verdadeiras tragédias ambientais ocorrem durante décadas e destroem ecossistemas locais”, afirma a naturalista Dejanira de Franceschi de Angelis, professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP). Exemplos disso são o avanço do buraco na camada de ozônio ou do efeito estufa, que podem comprometer a vida no planeta. Ou ainda o desmatamento das florestas brasileiras. Nos 503 anos de colonização, a Mata Atlântica perdeu 93% de sua cobertura original. Em um tempo bem menor - cerca de 30 anos - sumiram 20% da área da Amazônia e 80% do cerrado. “Esse último ecossistema deve levar milhões de anos para se recompor”, diz o biólogo José Maria Cardoso da Silva, da ONG Conservation International.

Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quais-foram-os-maiores-desastres-ecologicos-do-mundo>

Texto 2



Texto 3

Não é inesperado o que aconteceu em Mariana. Primeiro, pelos alertas dados pelo Ministério Público de Minas Gerais e por especialistas; segundo, porque a mineração é uma atividade altamente agressiva e de elevado risco ambiental. A Vale está fazendo furos e deixando rejeitos em Minas Gerais há 70 anos. Não pode, diante de um desastre dessa proporção, soltar uma nota lacônica como se não fosse sua obrigação agir imediatamente.

A atividade mineradora no mundo inteiro tem uma série de procedimentos já consolidados ao longo do tempo para prevenir e mitigar desastre. Neste caso, se vê, a cada novo passo da investigação, que as empresas foram displicentes na prevenção e não demonstraram ter um plano de ação preparado para o caso de desastre. Prevenção e mitigação de danos é o mínimo que se pode exigir de empresa que lida com atividade de alto risco.

Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/vale-de-lama.html>

Texto 4

“Foi um acidente” — dizem. Acidente é quando o freio falha e um carro bate contra outro. Acidente é quando alguém escorrega numa casca de banana e cai de costas. Grandes desastres ambientais, como os que ocorreram em Chernobyl, em Fukushima, em Bhopal ou em Minamata, não são acidentes. São o resultado quase inevitável de políticas públicas equivocadas ou de estratégias privadas gananciosas, ou de ambas as coisas.

Impressionou-me o depoimento de uma mulher do povo Krenak: “O rio já sabia que ia ser morto”, disse ela: “Quando a sujeira veio, ele foi subindo chorando, fazendo barulho. E minha mãe chorando junto”. Se o rio conhecia o seu destino, quem o matou também deveria conhecer — e com décadas de avanço.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/lamento-por-um-rio-18113116>

Modelo de Redação

José de Alencar e outros autores do romance indianista nos fizeram conhecer e entender a relação do índio com a natureza: subsistência, exploração saudável e freamo, cooperação. Esse modo de se utilizar da fauna e da flora, no entanto, não é o mais prevalecente no mundo, já que o homem, desde muito antes de essas histórias serem contadas, tem para si duas únicas palavras-chave: desenvolvimento e lucro. A fim de satisfazer essas necessidades inventadas, viemos explorando, desenfreada e irresponsavelmente, a natureza, sem pensar que – um dia – a humanidade pode ser engolida por essas ações, como recentes acontecimentos vêm sugerindo.

Primeiramente, é preciso compreender de que maneira ocorre a exploração de bens naturais. Viemos retirando do meio ambiente muito mais do que necessitamos, muito mais do que o imprescindível para a vida, isso porque nosso modo de viver está intimamente associado ao que é supérfluo. Se necessitamos, por exemplo, de certa quantidade de madeira para a construção de utensílios básicos, encontramos uma maneira de inventar algo de que não precisamos verdadeiramente e acabamos extraindo muito mais do que a quantidade inicial. Essa é, então, uma exploração totalmente irresponsável.

Nada disso, porém, seria tão prejudicial se tivéssemos consciência e o mínimo de preocupação com a prevenção de desastres. Falta-nos entender que a natureza não é totalmente autorrenovável e que, mesmo se fosse, ela não teria uma força de regeneração diretamente proporcional à nossa capacidade de degradação. Precisamos extrair menos, de forma consciente, para ajudar esse processo natural e agir ativamente para reparar os danos que fazemos. Além disso, é necessário que tenhamos discernimento e que sejamos consequentes ao nos utilizarmos do meio ambiente, para que verdadeiras tragédias, como o recente rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais, não voltem a acontecer. Isso é possível com um planejamento de prevenção.

Fica evidente, portanto, que o jeito com que conduzimos as coisas até agora precisa ser mudado. Já que o caminho mais certo – o de mudar nosso modo de vida e, por consequência, de consumo – é, também, o mais árduo e demorado, deveríamos, pelo menos, nos preocupar com a extração consciente e com preparo contra desastres. Para isso, instituições internacionais, como a ONU, deveriam, juntamente a organizações como a União Europeia e os BRICS, pensar em políticas públicas de regulamentação sobre a utilização dos recursos naturais, além de desenvolver medidas punitivas aplicáveis a empresas ou Estados responsáveis por acidentes. A responsabilidade é a palavra-chave que, de fato, devemos seguir.

Tema 7

A família contemporânea e a sua representação em questão no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A família contemporânea e sua representação em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Acompanhar e registrar as mudanças da família brasileira tem sido um grande desafio para o IBGE. O Censo de 2010 listou 19 laços de parentesco que se formaram, contra 11 em 2000. Os lares modernos somam 28,647 milhões, ou seja, 28.737 a mais que a formação clássica. O estudo concluiu que a família brasileira se multiplicou, deixando para trás o modelo convencional de casal com filhos. As combinações são as mais diversificadas possíveis e proporcionais ao desejo de encontrar a felicidade em uma relação a dois. A partir desse conceito, encontramos os casados que residem em casas separadas e as crianças que moram em duas casas diferentes; as famílias homoafetivas, que já representam 60 mil e são oficializadas do ponto de vista legal, e sendo a mulher representante de 53,8% dos lares nesse arranjo familiar; as mulheres que vivem sozinhas e representam cerca de 3,4 milhões em todo país; há ainda 3,5 milhões de homens na mesma situação; além das 10,197 milhões de famílias em que só há mãe ou pai; e tem ainda aquelas pessoas que dividem o mesmo teto, mas não têm nenhum laço familiar e se unem por uma conveniência financeira, apenas para dividir o aluguel, são os chamados “conviventes” e representam 400 mil lares.

Disponível em:

<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2014/01/02/seculo-21-em-acao-novas-familias-constroem-uma-sociedade-alternativa/>. Acesso em 23 fev 2015 (trecho).

Texto 2



Texto 3

O desenvolvimento de instituições modernas do Estado e do mercado abarca, em parte, as antigas funções da família, restringindo a esfera de atuação desta às dimensões da afetividade e da reprodução da vida, em seus aspectos biológico e culturais. Por essa razão, é importante refletir sobre como o Estado, por meio de seu papel regulador e de promotor de políticas públicas, deve assumir responsabilidades perante os indivíduos, as famílias e o bem-estar coletivo.

ITABORAÍ, N. R. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 23 fev 2015.

Texto 4

Lidar com as famílias, hoje, é lidar com a diversidade; famílias intactas, famílias em processo de separação, famílias monoparentais, famílias reconstruídas, famílias constituídas de casais homossexuais, famílias constituídas de filhos adotivos, famílias constituídas por meio das novas técnicas de reprodução.

A família intacta, tal qual nos acostumamos a pensar como sendo o modelo de família, é, hoje em dia, uma das várias formas de se viver a família.

A multiplicidade “ser família”, hoje, cria um hiato na geração que aprendeu o “ser família” de acordo com determinadas características e sua concretização na prática. Talvez só a geração dos filhos saiba desenvolver a maneira de denominar tal realidade.

MOREIRA, B. F. O que há de novo nas novas famílias? Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br>. Acesso em: 23 fev 2015.

Modelo de Redação

Desde a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, a democracia brasileira é consolidada nos pilares democráticos de liberdade e de igualdade. Entretanto, no que diz respeito à configuração da família contemporânea no Brasil esses direitos não são garantidos e geram um paradoxo no cenário, visto que a concepção familiar está se transformando e pluralidade ainda não é totalmente reconhecida devido a uma sociedade conservadora e ao preconceito enfrentado pelos que não são representados.

Cabe destacar que o pensamento conservador ainda existe na sociedade. Em 2015, o “Estatuto da Família” foi lançado pela Câmara dos Deputados para definir o modelo que pode ser considerado um núcleo familiar no Brasil. Contudo, esse projeto de lei legitima somente a união entre homem e mulher e não contempla a união de casais do mesmo sexo, por exemplo. De acordo com uma pesquisa realizada pelo IBGE, é possível perceber que cada vez mais aumenta o número de casamentos homoafetivos, divórcios, mulheres como chefes de família e a diminuição na taxa de fecundidade, e por isso esses novos retratos devem ser respeitados.

Além disso, essa perspectiva engessada do modelo estereotipado de família colabora com a perpetuação na intolerância. Crianças que não possuem um perfil familiar tradicional acabam sendo vítima de preconceitos na escola, visto que esse aspecto ainda é tratado com indiferença na sociedade. Frequentemente, casos são noticiados nos jornais sobre a quantidade de crianças que esperam por adoção, porém, quanto menos casais do mesmo sexo e crianças adotadas sofrerem preconceitos, mais incentivo outras pessoas terão para adotarem e diminuirão esse número em abrigos e orfanatos.

Fica claro, portanto, a necessidade de considerar a representatividade de outras configurações familiares. Dessa forma, a escola como instituição social e de integração, deve inserir mais as famílias no ambiente escolar e promover palestras com o objetivo de discutir essa temática trazendo o ensinamento aos alunos e coibir preconceitos. O governo, também, deve atuar e criar punições eficazes para a intolerância por meio de disque-denúncias que possam investigar esses casos de intolerância e punir eventuais violências, além de diminuir o processo burocrático de adoção para casos homoafetivos para que o maior número de crianças possa estar inserido em um núcleo familiar.

Tema 8

Os efeitos das fake news na sociedade brasileira contemporânea

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **Os efeitos das fake news na sociedade brasileira contemporânea** redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O modelo de aprendizado de máquina adotado pelo Facebook utiliza diversos sinais de engajamento, como o feedback em denúncias de posts. Esses conteúdos são sinalizados como potencialmente falsos pela rede social, que os encaminha aos verificadores independentes. Paralelamente a isso, os parceiros de checagem de fatos também podem descobrir fotos e vídeos que parecem falsos por conta própria e, a partir daí, começar a investigação.

Para avaliar a veracidade, os profissionais usam técnicas como pesquisa de imagem inversa e análise de metadados da foto ou vídeo. Também é utilizado reconhecimento ótico de caracteres (OCR, na sigla em inglês), mecanismo que extrai texto das fotos, para comparar o que está escrito nas imagens com manchetes dos artigos já verificados.

O Facebook disse ainda estar trabalhando em novas formas de detectar vídeos ou fotos manipuladas, melhorando a triagem dos conteúdos que parecem fake antes que eles passem à etapa de revisão manual. Procedimentos de apuração jornalística tradicional, como pesquisas com especialistas, acadêmicos ou agências governamentais, também são empregados para garantir a precisão da análise.

Quando alguém tentar compartilhar a publicação, receberá a notificação sobre os relatórios, mostrando que trata-se de uma informação mentirosa. O aviso também será enviado para notícias compartilhadas no passado e que vieram a ser identificadas como falsas. Assim, a expectativa é que esse tipo de post não seja mais tão frequente no Facebook.

<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/09/facebook-aumenta-checagem-para-descobrir-fotos-e-videos-falsos-entenda.ghnm>

Texto 2

Há grandes chances de você se deparar com um conteúdo falso na Internet enquanto navega normalmente ou quem sabe por meio daquele grupo da sua família no WhatsApp. Segundo estimativa da PSafe, 8,8 milhões de pessoas no Brasil teriam sido impactadas por fake news nos três primeiros meses deste ano. A companhia de segurança informou que usuários do

seu sistema de segurança dfndr foram impedidos de acessar mais de 2,9 milhões de fake news.

Na comparação com o quarto trimestre de 2017, o crescimento na disseminação de conteúdos falsos foi de quase 12%, sendo o WhatsApp o meio favorito para esta proliferação - 95,7% das Fake News tiveram o aplicativo de mensagens como disseminador, diz o laboratório de segurança dfndr lab. “O fato de as notícias falsas dependerem de uma geração de escala relevante – atingindo um número de pessoas elevado em um curto período – favorece sua proliferação em centros com grandes populações”, explica o diretor do laboratório, Emílio Simoni.

<http://idgnow.com.br/internet/2018/05/21/cerca-de-96-das-fake-news-no-brasil-sao-compartilhadas-via-whatsapp/>

Texto 3



Modelo de Redação

As eleições presidenciais norte-americanas trouxeram um novo fenômeno para o mundo: as fake news. Notícias falsas sobre a candidata Hillary Clinton foram criadas com o objetivo de difamá-la e interferir no voto do eleitor, assim, beneficiando o atual presidente Donald Trump com a vitória. Entretanto, esse problema não é exclusivo dos Estados Unidos, visto que se tornou uma epidemia pelo mundo inteiro e consequências são encontradas no Brasil, portanto, mudanças precisam ser feitas para solucionar essa questão.

Cabe destacar como os brasileiros são consumidores de notícias on-line. A preferência pela leitura de informações na internet surgiu com a facilidade de compra de celulares, que se tornou o principal aparelho para acessar a rede no Brasil, segundo pesquisas do IBGE. Entretanto, devido ao fácil acesso e ao excesso de informações disponíveis, a repercussão de notícias falsas se tornou mais comum pela falta de senso crítico na leitura. Segundo Carlos Heitor Cony, jornalista brasileiro, a internet provoca uma “poluição espiritual” por fornecer informações repetidas e inúteis para o leitor.

Além disso, a divulgação de boatos gera consequências para a sociedade. Uma notícia compartilhada muitas vezes, mesmo que seja falsa, acaba se tornando uma verdade. Devido à popularização deste fenômeno, foi necessário criar meios para que o leitor tanto de notícias quanto de mídias sociais como o Facebook e o Whatsapp, por exemplo, assuma uma postura crítica e confira a veracidade das informações. Nesse sentido, as agências “Lupa” e “Aos Fatos” foram criadas com o objetivo de fornecer meios para a checagem de fatos no país em busca da verdade.

Portanto, medidas devem ser tomadas para coibir a proliferação de informações que não sejam verdadeiras e prejudiquem a população. É dever do Governo Federal promover a criação de disque-denúncias especializados para receber as notificações de casos de notícias falsas, investigar e punir quando necessário. Além de uma parceria de agências de checagem com representantes de redes sociais na investigação destas informações com o objetivo de remover páginas responsáveis pela divulgação de fake news. Assim, pode-se tentar garantir a diminuição da proliferação de boatos.

Tema 9

As manifestações de violência dentro dos estádios de futebol

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **As manifestações de violência dentro dos estádios brasileiros de futebol**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

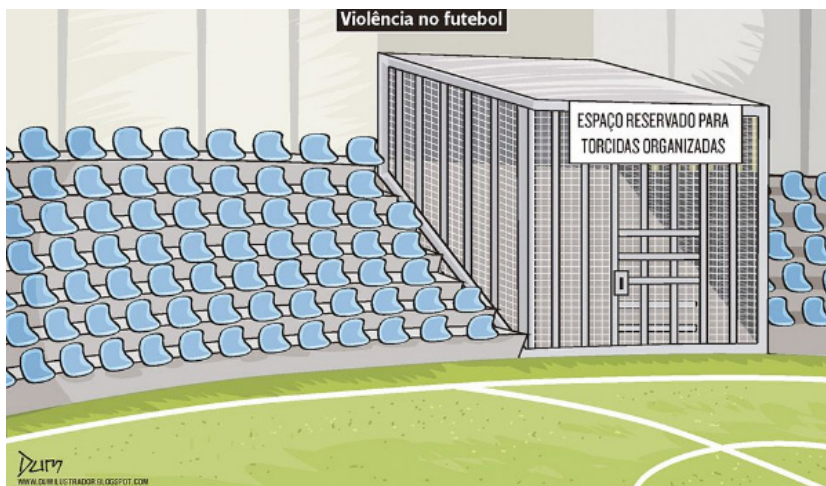
Texto 1



Texto 2

O lateral baiano Daniel Alves, do Barcelona, participou de duas jogadas que garantiram a vitória do time contra o Villarreal neste domingo, pelo Campeonato Espanhol. Porém, o bom desempenho foi acompanhado de ofensas por parte da torcida adversária, que jogou bananas em direção ao jogador. Alves, em vez de mostrar descontentamento, respondeu ao insulto de maneira inusitada: ao se preparar para cobrar um escanteio, o jogador se abaixou, pegou uma das bananas e comeu. Em seguida, fez a cobrança e continuou jogando como se nada tivesse acontecido. Neste domingo, o Barcelona ganhou de 3 a 2 sobre o Villarreal. Após o jogo, Daniel Alves comentou a recorrente provocação racista: “Estou na Espanha há 11 anos e há 11 anos é dessa maneira. Temos de rir dessa gente atrasada”. No fim de março, torcedores do clube catalão Espanyol emitiram sons imitando macacos e jogaram uma casca de banana no campo, como forma de desestabilizar os jogadores brasileiros Neymar e Daniel Alves. A investida desleal também não surtiu efeito: a partida foi vencida pelo Barça no estádio do time adversário.”

Texto 3



Texto 4

A exemplo do tráfico de drogas e dos assassinatos, a rivalidade entre torcidas organizadas tem provocado um resultado nefasto em todo o Brasil. A intolerância entre os membros dessas facções, aliada a outros delitos como tráfico de drogas e roubos, têm resultado em uma onda de violência nos últimos anos que parece não ter fim. Levantamento feito pelo Diário do Nordeste, na semana passada, mostra que, em cinco anos, cerca de 20 pessoas, a maioria jovens e adolescentes, foram mortos em Fortaleza em decorrência deste motivo. “Na verdade, não são torcedores, são marginais infiltrados dentro dessas torcidas organizadas, onde, já ficou constatado, há muitas pessoas envolvidas em tráfico de drogas, assaltos, roubo de carros e outros delitos”, explica o delegado Jairo Façanha Pequeno, diretor do Departamento de Polícia Especializada (DPE).

Em 13 de agosto de 2008, o adolescente Jéfferson Cabral da Silva, 17 anos, foi morto dentro de um ônibus que, transportava de volta para o Rio Grande do Norte torcedores do América de Natal, cujo time tinha havia jogado, em Fortaleza, contra o Ceará Sporting. O crime ocorreu quando o coletivo, que trafegava pela CE-040, em Aquiraz, foi interceptado por um carro onde estavam os atiradores. Somente em 2008, foram seis pessoas mortas na Grande Fortaleza em decorrência da rivalidade de torcidas. Em 2012, mais 12 mortos, conforme registros da Polícia e da Imprensa.

Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/intolerancia-e-rivalidade-entre-as-torcidas-deixam-rastro-de-violencia-1.276403>

Modelo de Redação

Desde a Idade Média, os atos de violência eram vinculados às manifestações de imposição e poder. Diante deste cenário, os jogos entre os gladiadores que lutavam no Coliseu, em Roma, sucediam ao público a afeição à brutalidade e a justificativa baseada nos valores culturais. No entanto, após séculos de avanço e proteção aos direitos humanos, alguns indivíduos ainda refletem esses traços na competição esportiva, como fazem muitos torcedores brasileiros nos estádios de futebol.

Em primeiro lugar, a mídia impulsiona a valorização do sentimentalismo aos times e, pode até mesmo ajudar a converter a paixão pelo futebol em um verdadeiro estilo de vida. Neste sentido, os torcedores adotam erroneamente a metáfora conceitual “Futebol é guerra” e encaram as partidas como um combate. Assim, cria-se um nacionalismo imperativo, ou seja, vê-se o time e a torcida adversária como inimigos em potenciais, vide as torcidas organizadas. Essas usam a agressão para representar um tipo de defesa e supremacia de um time sobre o outro.

Ademais, a impunidade dessas ações hostis favorece o contínuo desrespeito àqueles que vão apenas para apreciar as partidas e, até mesmo, inverte a visão do esporte como método de inclusão social, defendida pelos próprios clubes. Exemplo disso é que o Brasil lidera o ranking entre os países que contém mais mortes em estádios de futebol, o que comprova que a segurança nesses lugares é ineficaz, visto que, muitas vezes, os agressores não são identificados ou recebem leves advertências, enquanto que para as vítimas que sofrem de violência física ou moral, os danos podem ser irreversíveis.

É imprescindível, portanto, a mudança na conduta daqueles que usam a ferocidade para se imporem diante de outros times. Para isso, o Brasil poderia se basear em países com referência em segurança nos estádios, como a Inglaterra; que sofreu ataques segregacionistas e repressivos de grupos chamados “Hooligans” e, para combatê-los, fez o cadastramento de torcedores, o uso de reforço policial e expulsão temporária aos que desviarem da pacificidade entre os jogos. A mídia e os clubes podem promover campanhas de conscientização ao público, a fim de que o reflexo arcaico da Idade Média se converta em um coletivismo ético e que auxilie a integração social do esporte.

Tema 10

A questão do índio no Brasil contemporâneo

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A questão do índio no Brasil contemporâneo**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

De acordo com relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 2014 foram assassinados 138 índios, a maioria decorrente de conflitos com invasores de seus territórios. A omissão do Poder Público foi também responsável pelo falecimento de 21 índios adultos por falta de acesso ao sistema de saúde – uma doença comum como a gripe, por exemplo, é responsável por 15,3% das mortes entre índios adultos. A mortalidade infantil entre a população indígena atinge índices inaceitáveis: 41,9 crianças mortas por mil nascidas vivas, quando a média nacional é a metade, 22 crianças mortas por mil nascidas vivas. Além disso, números da DataSUS mostram que a principal causa de óbito entre crianças indígenas de até 9 anos de idade é a desnutrição – esse grupo representa, sozinho, 55% do total das mortes por desnutrição no Brasil.

Menosprezados, desassistidos, abandonados, o índice de suicídio entre os indígenas alcança proporções alarmantes. Dados recolhidos no Mapa da Violência do Ministério da Saúde expõem que enquanto a média do Brasil é de 5,3 suicídios por 100 mil habitantes, a incidência entre os indígenas atinge uma média de nove suicídios para cada 100 mil habitantes, podendo chegar, em alguns municípios da região Norte, a 30 suicídios por 100 mil habitantes. Um estudo da ONU afirma que o suicídio entre jovens indígenas ocorre em um contexto de discriminação, marginalização, colonização traumática e perda das formas tradicionais de vida, que forjam um sentimento de isolamento social.

Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/13/actualidad/1468422915_764996.html

Texto 2

Responsável pela demarcação do que ainda resta de terras indígenas no país, a Funai (Fundação Nacional do Índio) vem sofrendo seguidos cortes orçamentários desde 2011, além de atuar com somente 36% da sua capacidade total de servidores.

De acordo com dados da própria Funai, aproximadamente 30% das terras indígenas ainda não foram demarcadas no país, o que representa 204 terras pendentes e 700 já homologadas.

Em 2016, por exemplo, o orçamento geral autorizado, de R\$ 653 milhões, teve redução de 23% em relação a 2015, o que equivale a R\$ 150 milhões a menos em caixa – o maior corte

anual desde 2006. “A gente que é do movimento indígena sabe que o governo não vem dando condições para que a Funai faça o seu trabalho direito”, diz Suluene Guajajara, do povo guajajara, da terra indígena Arariboia, no Maranhão.

Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782194-funai-perde-23-do-orcamento-e-opera-so-com-36-dos-servidores.shtml>

Texto 3



Texto 4

Mortes por conflitos de terras em 2013



Modelo de Redação

Na tão lembrada Carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão mais famoso da nossa história contava sobre a presença de um povo que, sob os olhares europeus de soberania, precisava ser civilizado: os índios. Estamos enganados, porém, se pensamos que não herdamos esse olhar, e que convivemos com esse povo de maneira diferente. Nossos colonizadores fizeram o trabalho sujo do genocídio, mas nós contribuímos para que a situação não pudesse ser revertida. Os povos indígenas, então, uma vez despidos de voz e terra, continuam, dia após dia, sendo dizimados. É preciso fazer o caminho inverso ao que trilhamos um dia e repensarmos a nossa posição de soberania.

Em primeiro lugar, é necessário encarar o fato de que nós, os brasileiros do século XXI, ainda pensamos como os portugueses do século XVI quando subjulgamos a cultura indígena, considerando-os selvagens e colocando em segundo plano a sua participação na sociedade. Desse modo, nos colocamos como centro, e a eles como bárbaros, mais de 300 anos após a colonização. Prova disso é o fato de classificarmos, popularmente, nossa língua como oficial, enquanto as deles são dialetos, assim como a nossa cultura é classificada rica e civilizada, enquanto a deles é considerada folclore por muitos de nós.

A questão cultural não é, contudo, o único problema. Além de tudo, os índios brasileiros ainda têm de lutar pela terra. Isso porque a bancada ruralista do nosso país vem tomando terras indígenas para alocar sua atividade comercial – a agricultura e a pecuária. Essa situação vem dizimando muitas tribos e impedindo o avanço de qualquer tentativa do governo brasileiro ou de ONGs que atuem na causa indígena, de assegurar o direito de existência desses povos. Há alguns anos escutamos falar da tribo Guarani-Kaiowá, que é um dos inúmeros exemplos de tribos indígenas que perderam grande parte das terras e que ainda realizam trabalho escravo nos grandes latifúndios dos ruralistas Brasileiros como tentativa de sobrevivência.

Essa é, portanto, uma situação que não podemos mais sustentar. Encarar os índios como intrusos, negando-os terra, voz e identidade, não pode mais ser uma prática da nossa sociedade. É preciso que nós lutemos e agreguemos à luta dos povos indígenas pela sobrevivência. Para tanto, é necessário que, primeiramente, o governo impeça a agricultura e a pecuária de avançar para essas terras, garantindo a vida e o sustento desses povos. Uma vez tendo esses direitos básicos garantidos, fica mais fácil conservar e difundir sua cultura através dos trabalhos das ONGs brasileiras. Assim, sanaremos a dívida dos nossos colonizadores, devolveremos a casa aos inquilinos, e garantiremos que todo dia voltará a ser dia do índio.

Tema 11

Alimentação irregular e obesidade no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Alimentação irregular e obesidade no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Esta é para deixar pais e especialistas de cabelo em pé: a obesidade infantil aumentou cinco vezes nos últimos 20 anos e hoje atinge cerca de 15% dos baixinhos brasileiros, ou cerca de 5 milhões de crianças. Quem garante é a Sociedade de Pediatria de São Paulo. Dados do gênero explicam por que todos apontam o dedo para a dobradinha hambúrguer e batata-frita, ícones da chamada ‘comida trash’, que a garotada devora num piscar de olhos.

A boa notícia é que uma luz de esperança começa a brilhar nesse cenário tão sombrio. Em resposta à acusação, o cardápio dessas fábricas de delícias gordurosas está abrindo espaço para itens praticamente impensáveis há alguns anos, como saladas, sucos, grelhados, queijinhos e até frutas. O movimento é mais forte nos Estados Unidos, mas felizmente a tendência já está desembarcando por aqui, mesmo que timidamente. “Devido aos altos índices de obesidade e de doenças crônicas, essa providência, mais do que desejável, é necessária” opina a nutricionista ituveravense Viviane de Souza Ribeiro Sandoval, responsável pela merenda escolar do município de Buritizal e que atende na clínica Longevitá. Segundo ela, a alimentação um pouco mais saudável nos fast food é apenas um começo, mas, segundo a especialista, ainda não é o suficiente. “Precisamos de campanhas de educação alimentar para pais e filhos”, disse Viviane.

Disponível em: <http://www.tribunadeituverava.com.br/>

Texto 2

Paola Flores, que pede frango frito em um restaurante de comida rápida na capital da Colômbia, é um dos milhões de latino-americanos que lutam com a obesidade, uma epidemia que castiga a região mais duramente do que outras áreas em desenvolvimento no mundo. Mais de 56% dos adultos latino-americanos estão acima do peso ou obesos, em comparação com uma média mundial de 34%, de acordo com um relatório do Instituto de Desenvolvimento do Exterior, divulgado no ano passado.

O problema crescente costuma afetar principalmente os mais pobres na sociedade, e traz o risco de sobrecarregar os sistemas de saúde pública da América Latina e reduzir os ganhos econômicos no longo prazo, dizem os especialistas.

Desde 1991, o número de pessoas que passam fome na América Latina caiu quase pela metade, de 68,5 milhões para 37 milhões em dezembro. Embora a região seja a única que está no caminho certo para atingir as metas da ONU sobre a redução da fome até 2015, muito menos atenção tem sido dada ao combate à obesidade.

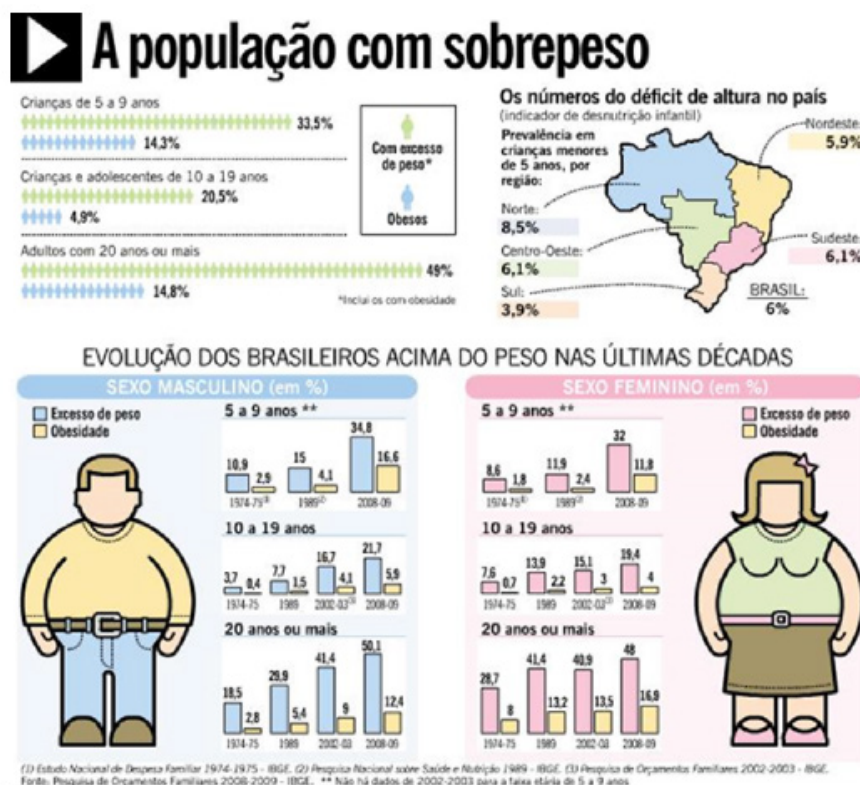
Na década passada, as economias de rápido crescimento impulsionadas pela expansão no consumo de matérias-primas, incluindo o México, Colômbia e Brasil, têm visto uma classe média em ascensão com um gosto por alimentos processados que são mais ricos em sal, açúcar e gordura. Benefícios em forma de transferências monetárias, adotados por alguns dos governos de esquerda da região, particularmente o Brasil, fazem com que as pessoas tenham mais dinheiro para gastar com comida. Os governos e os programas de nutrição agora precisam se concentrar em garantir que as pessoas comprem mais alimentos ricos em fibras e proteínas, tais como frutas e legumes, disseram autoridades da ONU.

A obesidade é a doença crônica que mais cresce, matando 2,8 milhões de adultos a cada ano. Condições relacionadas com a obesidade, incluindo diabetes e doenças do coração, agora causam mais mortes do que a fome, de acordo com o Fórum Econômico Mundial.

“A rápida elevação dos índices de obesidade na América Latina e no mundo traz enormes desafios sociais e coloca um grande fardo sobre os indivíduos afetados, bem como a economia e os sistemas de saúde pública no mundo”, disse Florencia Vasta, especialista na Aliança Mundial para Melhor Nutrição. Costa Rica, Uruguai e Colômbia introduziram medidas para promover a alimentação saudável nas escolas, enquanto o Equador adotou controles na rotulagem de alimentos.

Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/02/america-latina-enfrenta-epidemia-de-obesidade-apos-luta-contra-fome.html>

Texto 3



Modelo de Redação

“Eu acredito que podemos mudar o mundo através da alimentação”. A frase é de Bela Gil, chef e nutricionista, fundamentando a escolha de sua dieta em meio a tanto desequilíbrio nutricional. De fato, a sociedade atual, acelerada e sintética, está recheada de problemas relacionados à má alimentação e, principalmente, ao peso excessivo. Nesse sentido, em um contexto em que o tempo engole o homem, a preferência por uma alimentação irregular parece até aceitável, mas não inteligente, uma vez que a obesidade, neste cenário, surge como um dos menores efeitos.

Em primeiro lugar, é importante analisar o sucesso de uma refeição nada benéfica. Vítima da aceleração do mundo moderno, a alimentação tem se resumido a produtos industrializados e aos famosos fast-foods, não tão saudáveis e pouquíssimo nutritivos. Adaptando a ideia de modernidade líquida de Zygmunt Bauman, parece que, hoje, o prazer imediato e o pouco cuidado com o futuro têm sido prioridade na vida do indivíduo brasileiro, que, em todo o tempo, prefere o mais rápido – e, de certa forma, mais saboroso – e deixa de lado o que pode, de fato, alimentá-lo. Diante deste fator, surgem diversas consequências que evidenciam ainda mais as características do mundo atual.

Dentre esses efeitos, o que parece se destacar mais é a obesidade. Sabe-se, porém, que esse excesso é apenas o início de uma variedade de problemas que, em conjunto, podem prejudicar ainda mais o indivíduo. De acordo com o Ministério da Saúde, o número de pessoas acima do peso no Brasil já é maior do que a metade da população, atingindo 52% em 2015. O mais preocupante, entretanto, são os frutos desse problema: além de desequilíbrios psicológicos, como a bulimia, o sobrepeso abre caminho para a hipertensão, a diabetes e muitas outras consequências físicas que podem trazer resultados trágicos. Percebe-se, então, certa urgência na adoção de medidas que trabalhem esses problemas e seus efeitos.

Torna-se evidente, portanto, a existência de uma refeição nada regular e uma necessidade de se tratar tal dificuldade, de modo que as suas sequelas sejam cada vez menores. Em um contexto de reeducação alimentar, a escola tem um papel fundamental, com palestras de nutricionistas e até aulas de gastronomia, a fim de começar a tratar o problema desde a base, com conscientização. A família e a mídia também podem trabalhar a valorização da comida saudável por meio de conversas, debates e campanhas. Só assim, tratando causas e minimizando efeitos, será possível enxergar a alimentação, de fato, como um ingrediente nas transformações de que a liquidez atual precisa.

Tema 12

O suicídio entre os jovens brasileiros – Como enfrentar esse problema?

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O suicídio entre os jovens brasileiros: como enfrentar esse problema?**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O suicídio tem crescido entre as causas de mortes de jovens até 19 anos no Brasil. Em 2013, 1% de todas as mortes de crianças e adolescentes do país foram por suicídio, ou 788 casos no total. O número pode parecer baixo, mas representa um aumento expressivo frente ao índice de 0,2% de 1980.

Entre jovens de 16 e 17 anos, a taxa é ainda maior, de 3% frente ao número total. O aumento também ocorre em relação às mortes para cada 100 mil jovens dessa mesma faixa etária: a taxa foi de 2,8 por 100 mil em 1980 para 4,1 em 2013.

Os dados fazem parte da pesquisa Violência Letal: Crianças e Adolescentes do Brasil. Eles foram compilados pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), um organismo de cooperação internacional para pesquisa.

Segundo Alexandrina Meleiro, jovens imersos em redes sociais como Facebook ou Instagram assistem a retratos de vidas fantásticas. Internautas tendem a selecionar posts que exibam suas melhores conquistas e construir cuidadosamente imagens coloridas de suas vidas. Por comparação, a vida de quem assiste a esse espetáculo parece pior, principalmente quando surgem problemas.

Dificuldades em lidar com ou ter a própria sexualidade aceita continuam a contribuir para comportamento suicida. De acordo com Alexandrina Meleiro, é comum que pais se digam compreensivos quanto à sexualidade dos filhos, mas tenham problemas em lidar, na prática, com filhos não heterossexuais.

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/30/Por-que-precisamos-falar-sobre-o-suic%C3%ADdio-de-jovens-no-Brasil>

Texto 2

O CVV — Centro de Valorização da Vida, fundado em São Paulo em 1962, é uma associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de Utilidade Pública Federal em 1973.

Presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção do suicídio para todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo.

Realizamos mais de um milhão de atendimentos anuais por aproximadamente 2.000 voluntários em 18 estados mais o Distrito Federal. Esses contatos são feitos pelo telefone 141 (24 horas), pessoalmente (nos 72 postos de atendimento) ou pelo site www.cvv.org.br via chat, VoIP (Skype) e e-mail. (...)

Em setembro de 2015 iniciamos o atendimento pelo telefone 188, primeiro número sem custo de ligação para prevenção do suicídio que, neste primeiro momento só funciona no estado do Rio Grande do Sul, onde o 188 é operado pelo CVV em fase de teste para ampliação a todo território nacional.

O CVV desenvolve outras atividades relacionadas a apoio emocional além do atendimento, com ações abertas à comunidade que estimulam o autoconhecimento e melhor convivência em grupo e consigo mesmo em todo o Brasil. A instituição também mantém o Hospital Francisca Julia que atende pessoas com transtornos mentais e dependência química em São José dos Campos-SP.

Segundo estimativa da PSafe, 8,8 milhões de pessoas no Brasil teriam sido impactadas por fake news nos três primeiros meses deste ano. A companhia de segurança informou que usuários do

<http://www.cvv.org.br/cvv.php>

Texto 3



Texto 4

O suicídio aumentou gradativamente no Brasil entre 2000 e 2016: foi de 6.780 para 11.736, uma alta de 73% nesse período. As maiores taxas de crescimento foram registradas entre jovens e idosos, do acordo com o Ministério da Saúde.

No mundo, o suicídio acomete mais de 800 mil pessoas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). É a segunda causa de morte no planeta entre jovens de 15 a 29 anos — a primeira é a violência.

Já no Brasil, em 2015, o suicídio foi a quarta causa de morte nessa mesma faixa etária, ficando atrás de violência e acidente de trânsito, de acordo com os dados do Ministério da Saúde.

No entanto, esse número tem apresentado uma pequena estabilização nos últimos dois anos, inclusive nesses grupos, conforme explica o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, responsável pela pesquisa Mapa da Violência no Brasil desde 1998.

Fonte: <https://noticias.r7.com/saude/estavel-suicidio-entre-jovens-ainda-e-quarta-causa-de-morte-no-brasil-21052018>

Modelo de Redação

Embora apresentada em 428 a. C., a tragédia grega Hipólito, de Eurípides, por meio da personagem Fedra, mulher apaixonada, já abordava uma das maiores causas atuais de morte dos jovens de até 19 anos no Brasil: o suicídio. A falta de um lugar no qual o adolescente possa se definir e se reconhecer como sujeito, tanto na família como na sociedade, revela um sério problema de saúde pública, pois se configura um assassinato em que vítima e agressor são a mesma pessoa. Por trás do comportamento suicida, há uma combinação de fatores socioculturais que, embaralhados, culminam numa manifestação exacerbada contra si mesmo.

Segundo o Departamento de Saúde Mental e Medicina Legal da UFG, a família representa a condição necessária para o crescimento e desenvolvimento de vínculos que garantam a sobrevivência física, social e afetiva das pessoas. Contudo, o contexto familiar é considerado fator desencadeante para a tentativa de suicídio. Perdas de vínculos afetivos, violência doméstica ou doenças mental ou física colocam o adolescente em situação de vulnerabilidade. O jovem tende a ser contestador, impetuoso e, ao mesmo tempo, imaturo e inseguro ao se deparar com novas visões da família e da sociedade, visto que na adolescência a busca de referências constitui uma forte razão para a existência.

Além disso, a escola pode se tornar um cenário favorável no que se refere ao fortalecimento do comportamento suicida. O bullying, problema mundial encontrado em qualquer escola, está por trás de muitas tentativas de suicídio entre adolescentes. Conforme a Psicologia do Desenvolvimento, o jovem é influenciado facilmente pelas opiniões alheias e, nesta tentativa de se encaixar, passa a agir de forma inconstante. No estágio em que se adquire uma identidade psicossocial, se as questões não forem bem resolvidas, o adolescente não reconhece sua identidade e seu papel no mundo e busca um referencial que dê sentido a seu existir, o que configura as obras ultrarromânticas, marcadas por dor, frustração, tédio, evasão da realidade e desejo pela morte.

Considerado pela OMS problema de saúde pública, o fenômeno do suicídio não só desafia os profissionais da saúde, mas também o campo das ciências humanas. O Estado não pode majorar o sofrimento de quem decide se matar punindo-o e no Brasil não se fala de prevenção ao suicídio em escolas. Dessa maneira, por meio de um curso, cabe ao Ministério da Educação, juntamente ao Ministério da Saúde, identificar os fatores de risco, estabelecendo linhas que estimulem a autoestima dos adolescentes e criando espaços de diálogos para eles sobre a fase da adolescência. Ao vislumbrar possibilidades no existir, procura-se ultrapassar sofrimentos e desmascarar sinais do complexo fenômeno que perpassa desde o início da civilização.

Tema 13

Os desafios da educação universitária no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **Os desafios da educação universitária no Brasil** redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

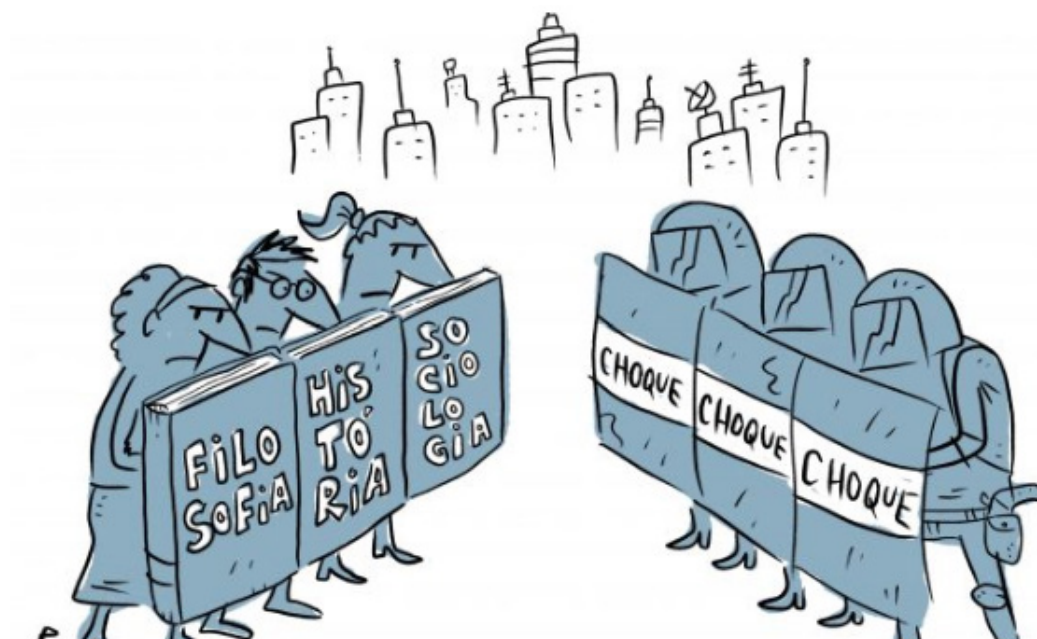
Texto 1

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou, no final de abril, uma parte do orçamento das 63 universidades e dos 38 institutos federais de ensino. O corte, segundo o governo, foi aplicado sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas. Despesas obrigatórias, como pagamento de salários e aposentadorias, não foram afetadas.

Segundo o MEC, a medida foi tomada porque a arrecadação de impostos está menor do que o previsto, e o dinheiro pode voltar às universidades caso ela suba. Esse bloqueio de verbas se chama “contingenciamento”, atinge todos os ministérios e já foi aplicado em outros anos.

Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>

Texto 2



Texto 3

No Brasil, a formação profissional de nível médio e superior, embora tardiamente, já ocupa o imaginário de mais famílias. Países como os Estados Unidos começaram esse movimento no século 19, com ações de desenvolvimento territorial, como a construção de ferrovias, articuladas com a implantação de escolas secundárias e universidades regionais.

Esse fenômeno de crescente valorização da educação no Brasil está associado à redução da desigualdade e à ascensão social. Há que se reconhecer o impacto das políticas de acesso à educação superior e técnica nos últimos anos, que permitiram que mais cidadãos cursassem uma faculdade ou uma escola técnica.]Essa também é a perspectiva das famílias dos trabalhadores.

Dados recentes mostram que a saída de jovens entre 18 e 24 anos do mercado de trabalho se deve à busca por novas oportunidades educacionais. Hoje, graças à diversificação da oferta de cursos, o jovem tem dezenas de alternativas de estudo que lhe darão mais chances profissionais.

Entre as políticas de acesso, o Enem é a grande chave para as várias portas da educação. Por isso, o interesse pelo exame é cada vez maior. Quem faz o Enem sabe que sua nota pode garantir desde a certificação do ensino médio até uma bolsa no exterior.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/opiniaocolumna/2014/07/02/enem-e-sisu-democratizaram-acesso-ao-ensino-superior.htm>

Texto 4

Com a ampliação de programas de financiamento estudantil, como o Fies, criação do ProUni e a autorização de funcionamento para mais instituições privadas, o sonho do acesso ao ensino superior se tornou realidade para milhares de estudantes. As barreiras de acesso deixavam de ser intransponíveis. No entanto, apesar da facilitação da entrada nas IES, outro problema surgiu: as dificuldades para a formação universitária.

Uma pesquisa realizada no Instituto de Psicologia da USP mostrou que estudantes oriundos de escolas públicas que conseguem ingressar em uma universidade privada apresentam dificuldades para se manter no curso, mesmo quando recebem bolsas de estudo. O estudo revelou, ainda, que as dificuldades de universitários egressos da rede pública não se resumiam ao vestibular e acompanham os estudantes por toda a graduação. Isso ocorreria tanto por questões financeiras, como pelo baixo conteúdo educacional adquirido desde o ensino básico, fato que prejudica os universitários no acompanhamento do curso.

Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2015/07/as-dificuldades-da-formacao-universitaria-por-janguie-diniz.html>

Modelo de Redação

Nos últimos anos, o ensino superior passou por uma série de mudanças intensas, não só nos seus meios de acesso – com o Enem, o Fies, o Prouni, as cotas sociais e raciais –, mas também na sua estrutura, com o aumento e diversificação do público, o crescimento de unidades, a proliferação das instituições particulares e a formação de novos cursos. Alguns problemas, porém, continuam crescendo e criando obstáculos no desenvolvimento de novas vantagens. Cabe, então, analisá-los, buscar resolvê-los e fazer da universidade pública brasileira uma referência mundial.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que o horizonte do ensino superior brasileiro é indefinido, uma vez que o seu próprio presente não parece ter uma clara descrição. De um lado, há uma concepção clássica, criada na Idade Média e cultivada ao longo de toda a Moderna, para a qual o meio universitário é o lugar da excelência do conhecimento, centralizando a busca da verdade e aprimorando a vida intelectual. De outro, movida por razões fundamentalmente econômicas, há aquela que vê a universidade como um espaço em que o estudante obtém um diploma para o mercado. Do seu ponto de vista, a visão tradicional é elitista, por reservar a universidade a poucos. Uma vez que o mercado de trabalho exige, hoje, o certificado, a academia deve ser um ambiente amplamente democratizado, aberto à ascensão profissional e social de todos.

Entretanto, apesar de, a princípio, as duas definições parecerem constituir um paradoxo, a universidade pode sim ser simultaneamente espaço de produção de conhecimento e realizar uma função pragmática de formar pessoas para o comércio. O problema é que, no mundo concreto e real, no momento de gerir uma universidade, por exemplo, diante da escassez de recursos, o reitor terá de optar entre dar mais recursos para as pesquisas de física teórica ou aumentar o número de vagas no curso de engenharia; para financiar a criação de uma revista referência em filosofia analítica ou criar uma rádio da universidade, garantindo um estágio para os alunos de comunicação social. Conciliar as duas concepções, então, parece o grande desafio do ensino superior.

Torna-se evidente, então, que o grande obstáculo da universidade brasileira, hoje, está na sua própria definição, que parece impedir o seu desenvolvimento. Uma solução bastante prática e eficiente é a de operar uma cisão clara entre essas duas visões de instituição. Seria ótimo para o Brasil, assim como foi na Alemanha, adotar tal modelo, uma vez que, superando o impasse do atual sistema, cada curso poderia seguir a sua vocação particular de maneira livre. O Poder Público e as empresas poderiam, dessa forma, investir nas duas modalidades de ensino, garantindo aos futuros alunos boas opções. Só assim, resolvendo esse conflito e encontrando um caminho melhor, será possível perceber, de fato, um futuro na universidade brasileira.

Tema 14

A violência na escola em questão no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A violência na escola em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

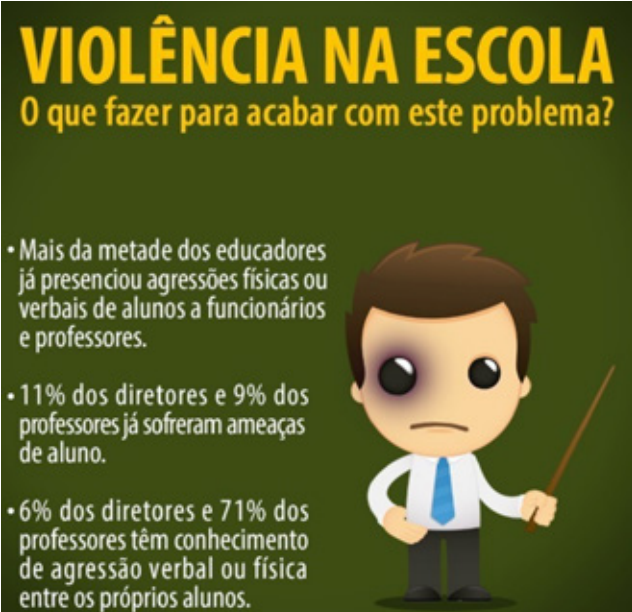
Texto 1

Toda semana são noticiados casos de violência nas escolas brasileiras. Infelizmente, o problema não é um exagero criado pela mídia, mas sim uma realidade enfrentada diariamente por milhares de professores das redes pública e privada.

Dentre os casos mais comuns de violência, podemos citar as ameaças feitas por alunos a professores, sobretudo a respeito de baixo rendimento escolar. Uma nota abaixo da média nem sempre é entendida como um alerta para que o aluno melhore e estude com mais afinco: para muitos estudantes, a nota é compreendida como ofensa pessoal. Alguns ficam no enfrentamento verbal, enquanto outros partem para agressão física ou danos a bens do professor, sobretudo carros (pneus furados são os relatos mais comuns). Depredações a patrimônios da escola e arrombamentos de salas também integram o vasto rol de atitudes violentas no ambiente escolar. O tipo de violência mais comum, entretanto, se dá entre os próprios estudantes.

Disponível em <http://www.revistaoprofessor.com.br>.

Texto 2



VIOLÊNCIA NA ESCOLA
O que fazer para acabar com este problema?

- Mais da metade dos educadores já presenciou agressões físicas ou verbais de alunos a funcionários e professores.
- 11% dos diretores e 9% dos professores já sofreram ameaças de aluno.
- 6% dos diretores e 71% dos professores têm conhecimento de agressão verbal ou física entre os próprios alunos.

The infographic features a cartoon illustration of a male teacher with brown hair, wearing a white shirt and a blue tie, holding a wooden pointer stick. He has a sad or weary expression. The background is a dark green gradient.

Texto 3

Para entender o fenômeno da violência nas escolas, é preciso levar em conta fatores externos e internos à instituição de ensino. No aspecto externo, influem as questões de gênero, as relações raciais, os meios de comunicação e o espaço social no qual a escola está inserida. Entre os fatores internos, deve-se levar em consideração a idade e a série ou o nível de escolaridade dos estudantes, as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, assim como o impacto do sistema de punições e o comportamento dos professores em relação aos alunos (e vice-versa) e a prática educacional em geral. Diante do que se passa, uma das identidades mais comprometidas é a da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado. Essas situações repercutem sobre a aprendizagem e a qualidade de ensino tanto para alunos quanto para professores.

Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02.pdf. Adaptado.

Texto 4

Destaca-se, como um indicador positivo, a vontade de pais, alunos, professores e funcionários em apostar em medidas de resolução compartilhada do problema, tendo em vista a indicação do diálogo entre alunos, pais, professores e diretoria e da parceria entre escola e comunidade, como dispositivos importantes para conter o fenômeno nocivo a todos. Os estudantes insistem em medidas preventivas de participação ampliada, baseadas na interação da família com a escola. A instituição é vista, aparentemente, como elemento de mediação entre o aluno e a família, cabendo-lhe trabalhar os significados da violência dentro e fora de seus limites a fim de combatê-la, abordando aspectos importantes na vida do estudante que extrapolam os muros da escola e o período letivo.

(...)

Entre outras medidas, tem sido bastante utilizado o apoio de psicólogos nas escolas, focalizando a violência sob uma perspectiva psicológica, e não social. Outro papel de relevância cabe à cultura e à educação, levando ao resgate da auto-estima e a uma conscientização dos problemas e das desigualdades, possibilitando superá-los e gerar solidariedade. O fortalecimento da auto-estima dos alunos serve para combater preconceitos.

Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02.pdf. Adaptado.

Modelo de Redação

Segundo o IBGE, 1 em cada 11 estudantes faltam à escola por medo de sofrer algum tipo de violência, sendo verbal, física e estendendo-se até em roubos e furtos. Essa pesquisa, apesar de realizada em 2013, ressalta a dificuldade que há uma instituição de ensino em priorizar a educação e garantir melhores recursos para sanar as problemáticas que trazem, como consequência, a violência dentro do ambiente escolar.

Em primeiro lugar, é importante destacar os tipos de violência que acometem esse ambiente. Segundo a pesquisa da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, essas agressões têm seu início no cenário físico e, aprofundam-se nas redes sociais. Isso ocorre pela ampla liberdade de aparelhos eletrônicos em sala de aula, mesmo havendo proibições, além da falta de conhecimento dos impactos gerados pelo comumente chamado “cyberbullying”, uma vez que a priorização das escolas se vê, apenas, na propagação de conteúdo.

Essa disseminação de matéria, que faz com que o ambiente escolar seja claramente mecanizado, é aprofundado com a falta de recursos que as direções de ensino e corpo docente possuem ao transmitir uma aula, o que tornam as relações entre aluno e professor distante e retrógrada, quanto ao desenvolvimento do discente. Isso pode ser comprovado pelo fato que, em 2017, o Brasil liderou o ranking de maior violência com os professores, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Assim, é capaz perceber que não há a priorização do corpo docente e discente no âmbito escolar. Desse modo, faz-se necessário o governo desenvolver uma política de incentivo ao fim da violência nas escolas, através de palestras abertas para pais e estudantes que envolvam esse cuidado e empatia com o próximo. Além disso, é imprescindível que haja um envolvimento com psicólogos e profissionais de serviço social, por meio de intervenção governamental, que estudem e viabilizem soluções para aquele ambiente de ensino e, assim, procure elevar a qualidade das aulas, de modo a transformar as aulas mecanizadas em ensinamentos interdisciplinares e conjuntos com outros colegas e outras matérias. Somente assim ocorrerão mudanças para os jovens, futuro do Brasil.

Tema 15

O esporte como ferramenta de inclusão social no Brasil

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O esporte como ferramenta de inclusão social no Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Projetos sociais que têm o esporte como ferramenta de inclusão social são um importante aliado na formação de crianças e adolescentes. Nas diferentes modalidades o trabalho resgata valores que são fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem dos jovens, seja no futebol, no basquete, ou no vôlei. Tanto que, no Brasil, é grande o número de instituições do terceiro setor que se dedica a atividades na área; e até esportes pouco populares por aqui, como badminton e hockey de grama, por exemplo, estão presentes em iniciativas nos diferentes estados do país.

Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/10/por-meio-do-esporte-ongs-de-todo-o-pais-promovem-inclusao-social.html>. Adaptado.

Texto 2



Texto 3



Texto 4

Quando se fala em inclusão social vem a mente de muita gente o esporte. A prática esportiva é considerada como algo muito mais importante do que apenas uma atividade física ou fator de qualidade de vida. O esporte é capaz de unir diferenças entre povos e cooperar no processo de inclusão social. Prova disso são os inúmeros projetos de cunho social e esportivo desenvolvidos no Brasil. Um deles já tem mais de dez anos de história e tem na natação a sua bandeira. O Projeto Nadando na Frente, promovido pelo Instituto de Esportes, busca desenvolver ações de incentivo a prática esportiva através de programas gratuitos para as famílias e crianças de baixa renda no interior de São Paulo sendo realizado em Ribeirão Preto, Pirassununga e Orândia.

O Nadando na Frente conta ainda com o apoio de Fernando Scherer, dono de duas medalhas olímpicas, e um dos maiores ídolos da natação brasileira. Xuxa ainda dá nome do ao Troféu Nadando na Frente e já conversou com as crianças da iniciativa em diversas ocasiões. Além de contar com apoiadores e recursos da Lei de Incentivo ao Esporte, o Instituto também oferece parceria para empresas que querem apoiar o projeto e as crianças.

Disponível em: <https://swimchannel.blogosfera.uol.com.br/2017/02/22/o-esporte-como-ferramenta-de-inclusao-social/?cmpid=copiaecola>

Modelo de Redação

Na antiguidade clássica, o esporte já era visto entre aqueles que iriam para as guerras e outras para a sobrevivência do homem. No cenário brasileiro, entretanto, a prática esportiva como forma social foi ressaltada no governo de Getúlio Vargas, no qual foram criadas políticas públicas para a inclusão dessas ações no cenário nacional. A razão desse enaltecimento das manifestações esportistas para a sociedade se vê pelo fato de ser uma movimentação inclusiva, capaz de modificar vidas, entretanto, questões governamentais ainda impedem uma grande parte populacional de se incluir nesse agente socializador.

Em primeiro lugar, é imprescindível a importância no esporte na vida das pessoas para erradicar fatores em evidência no Brasil da atualidade. Um exemplo disso é a diminuição da obesidade por conta da atividade física. Além disso, ele é um importante agente socializador por gerar motivação e rotina nos esportistas e garantir um trabalho em equipe, quando em ações conjuntas. Uma forma de exemplificar esse fato é o projeto Nadando na Frente que, promovido pelo Instituto de esportes, promove ações que incentivem a prática esportiva através de programas gratuitos para as famílias e crianças de baixa renda no interior de São Paulo.

Por outro lado, não se pode ignorar o papel governamental do incentivo do esporte para as pessoas que buscam essas atividades como forma de mudança. De acordo com ex-corredor e campeão olímpico Joaquim Cruz, “não houve reforma para colocar esporte nas escolas. Sem essa reforma não vai, é como garimpar em mina que não tem diamante”, essa afirmação reflete diretamente no contato da sociedade com os diferentes esportes e, assim, com essa transformação que é dada por essa prática.

Desse modo, foi visto que o esporte é uma das maiores alternativas para a movimentação das pessoas e para a sociabilização de culturas e sociedade. No entanto, ainda é necessário ocorrer mudanças para aprimorar, ainda mais, essa nova forma de inclusão. O governo, juntamente com ações diretas nas instituições escolares, deve promover “semana dos esportes” mensalmente, de modo a trazer diversas modalidades e suas respectivas histórias de formação. Além disso, é necessário um maior incentivo financeiro para as bolsas de auxílio do esportista, de modo a ser considerado a localização e dificuldade de cada pessoa em treinamento a se locomover e estar presente nos treinos e aulas. Só assim poderá ser vista uma mudança efetiva nessa temática muito importante para o Brasil.

Tema 16

A questão das drogas como desafio mundial

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A questão das drogas como desafio mundial**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

A prevalência do uso de drogas continua estável em todo o mundo, de acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas de 2015 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). Estima-se que um total de 246 milhões de pessoas – um pouco mais do que 5% da população mundial com idade entre 15 e 64 anos – tenha feito uso de drogas ilícitas em 2013. Cerca de 27 milhões de pessoas fazem uso problemático de drogas, das quais quase a metade são pessoas que usam drogas injetáveis (PUDI). Estima-se que 1,65 milhão de pessoas que injetam drogas estavam vivendo com HIV em 2013. Homens são três vezes mais propensos ao uso de maconha, cocaína e anfetamina, enquanto que as mulheres são mais propensas a usar incorretamente opióides de prescrição e tranquilizantes.

Disponível em: <http://www.uniad.org.br/interatividade/noticias/item/23233-relatório-mundial-sobre-drogas-de-2015-o-uso-de-drogas-é-estável-mas-o-acesso-ao-tratamento-da-dependência-e-do-hiv-ainda-é-baixo>

Texto 2

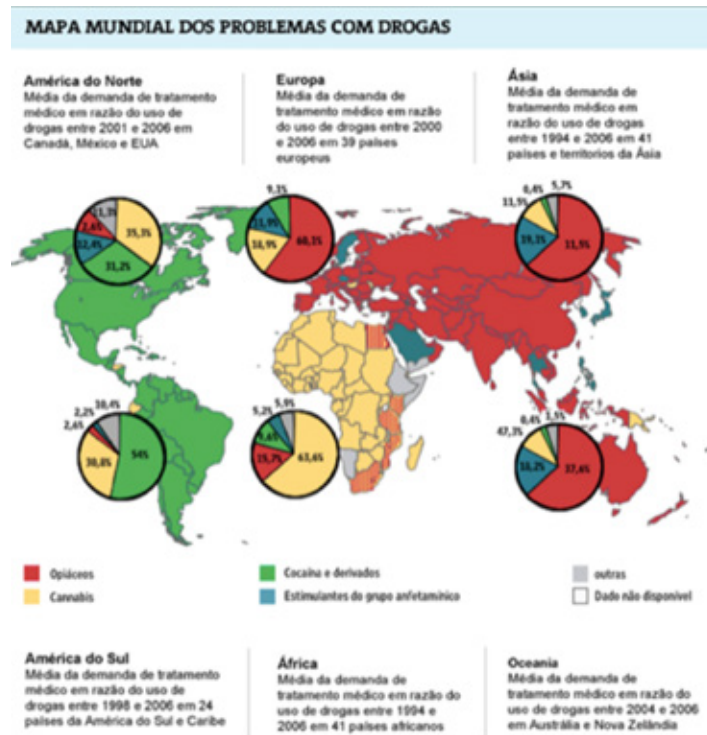
A literatura médica é vasta em apontar a influência de fatores ambientais e culturais para o indivíduo se tornar dependente químico ou se livrar das drogas. O local onde o usuário vive, com quem se relaciona e sua rotina, têm correlação fundamental para a recuperação ou manutenção da dependência.

A articulação para reabilitação do usuário é mais favorável se ele está na sua cidade ou bairro de origem, próximo da rede de assistência social, saúde ou de apoio ao mercado de trabalho.

O que se verifica é que a manutenção de dependentes em tratamento no mesmo local do consumo de drogas dificulta sua recuperação e favorece vínculos com ações ilícitas. A demanda concentrada fortalece o tráfico local, que substitui rapidamente criminosos presos e drogas apreendidas.

Disponível em: <http://amorexigente.com.br/uniad-unidade-de-pesquisa-em-alcool-e-drogas-o-desafio-das-drogas-e-o-consumo-nas-ruas/>

Texto 3



Modelo de Redação

Século XIX: China, Guerra do Ópio. Século XXI: Colômbia, Forças Revolucionárias da Colômbia. O mal causado pelas drogas não se restringe a um país ou a uma época. É um problema que vem assolando gerações inteiras por um longo período de tempo. Além da violência já mencionada, afeta a saúde do indivíduo e o equilíbrio da sociedade. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise desse hábito nocivo, porém já enraizado, e procurar soluções para combatê-lo.

Em primeiro lugar, devemos destacar o porquê de esse costume se sustentar após séculos na sociedade. Há quem faça uso de tóxicos – como é o caso do próprio álcool – apenas de forma recreativa, contudo, de acordo com estimativas da ONU, 27 milhões de pessoas são viciadas em entorpecentes e similares. Nesse contexto, surge um hábito ruim, que, segundo Charles Dunnig, em “O poder do hábito”, está ligado à ideia de que um estímulo gera a expectativa de resposta no cérebro do indivíduo. A droga é o estímulo, e a respostas, muitas vezes, são a fuga de uma realidade da qual se quer escapar.

Além disso, é preciso dimensionar o problema a ser enfrentado. O tráfico de drogas, hoje, é um negócio altamente lucrativo, atuando de maneira habitual em todos os cinco continentes, sendo, em muitos lugares, fácil ter acesso a elas. Partindo, ainda, do pressuposto de que as drogas são substâncias que em contato com o organismo do indivíduo alteram seu funcionamento normal, conclui-se que dosagens constantes e elevadas dessas substâncias geram graves problemas de saúde. Por não se limitar a um país e ter proporções alarmantes, podemos dizer, então, que é uma questão de saúde pública mundial.

Nesse sentido, ainda, deve-se apontar o problema social relacionado ao uso de drogas. No Brasil, por exemplo, onde as “crackolândias” se tornaram parte integrante da paisagem de várias cidades, vê-se cada vez mais uma segregação no espaço urbano. Isso porque, em regra,

zonas mais carentes são apontadas como centro de consumo dessas substâncias, quando, na verdade, tal prática está presente em todos os estratos da sociedade. A própria maconha, considerada “relaxante”, é prova disso, presente nos mais variados ambientes, desde o ator de novela ao porteiro do prédio. Nesse sentido, é uma mazela quase que democrática.

Dessa forma, portanto, fica claro que o problema em voga é bem mais amplo e complexo do que aparenta. É preciso, nesse contexto, um esforço conjunto para dirimir o problema. Cabe aos governos, com o apoio da Organização Mundial da Saúde e da ONU, criarem programas de reabilitação mais completos, fazendo parcerias com ONGs e com Universidades, por meio de seus especialistas e pesquisadores. Além disso, a escola e a família também têm papel fundamental no que diz respeito à prevenção. Por fim, a mídia, como grande formadora de opinião, pode reforçar a mensagem do quão nocivo é o consumo de tais substâncias. Solucionar a questão das drogas é um processo longo, mas é preciso que se dê o primeiro grande passo.

Tema 17

A democratização do acesso à cultura em questão no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A democratização do acesso à cultura em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Os Direitos Culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988 devido à sua relevância como fator de singularização da pessoa humana.

Fato é que a cultura reflete o modo de vida de uma sociedade, além de interferir em seu modo de pensar e agir, sendo fator de fortalecimento da identidade de um povo e indubitavelmente de desenvolvimento humano. Conforme afirma José Márcio Barros, a “cultura refere-se tanto ao modo de vida total de um povo – isso inclui tudo aquilo que é socialmente aprendido e transmitido, quanto ao processo de cultivo e desenvolvimento mental, subjetivo e espiritual, através de práticas e subjetividades específicas, comumente chamadas de manifestações artísticas”

Nesse sentido, com o intuito de garantir o direito à cultura, assim diz a Constituição:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.o O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2.o A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Disponível em: <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/o-direito-de-acesso-a-cultura-e-a-constituicao-federal>

Texto 2

Desigualdades no acesso à produção cultural:

- **Entretenimento:** a minoria dos brasileiros frequenta cinema uma vez no ano. Quase todos os brasileiros nunca frequentaram museus ou jamais frequentaram alguma exposição de arte. Mais de 70% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora muitos saiam para dançar. Grande parte dos municípios não possui salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.
- **Livros e Bibliotecas:** o brasileiro praticamente não tem o hábito de leitura. A maioria dos livros estão concentrados nas mãos de muito poucos. O preço médio do livro de leitura é muito elevado quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Muitos municípios brasileiros não têm biblioteca, a maioria destes se localiza no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.
- **Acesso à Internet:** uma grande porcentagem de brasileiros não possui computador em casa, destes, a maioria não tem qualquer acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).
Profissionais da Cultura: a metade da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalha por conta própria. (Fonte: Ministério da Cultura – IBGE - IPEA).

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/culture-and-development/access-to-culture/>

Texto 3

O Ministério da Cultura mostrou-se necessário ao Brasil. Hoje temos estudos e projetos brasileiros como referência em organizações internacionais que tratam dos problemas dos direitos autorais em ambiente digital. Somos (ou tínhamos sido) pioneiros na luta em defesa dos criadores, que se viram sem saber o quê, como, quanto e quando receberão pela divulgação de sua obra em plataformas de streaming. A Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI) do MinC vinha se tornando um “think tank” especializado nesses assuntos. Sem falar na situação do audiovisual, que se tornou uma atividade superavitária; nos Pontos de Cultura, que buscam acompanhar e proteger centros de criação artística em todo o território nacional; na atenção ao patrimônio histórico. Sem altas verbas (muito ao contrário), o MinC tem mostrado que o país passou a dar à produção cultural o valor que ela merece.

<http://oglobo.globo.com/cultura/artigo-sem-festa-por-caetano-veloso-19308827>

Modelo de Redação

A cultura é o meio pelo qual um povo se expressa. O indivíduo é essencialmente cultural, uma vez que vive imerso em determinados costumes, língua, rituais, hábitos alimentares, entre outros elementos que moldam a sociedade. Dentro desse cenário, é possível destacar um item específico, que deveria ser acessível a todos, já que constitui parte da identidade do ser humano: as artes. Por esse motivo, é necessário pensar na democratização cultural, a fim de que ela seja efetivamente direito de todos.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que tornar acessível a cultura envolve diversos aspectos. Sendo o Brasil um país com elevado número de habitantes de diferentes etnias, crenças, tradições e grupos sociais, é evidente que exista uma imensa variedade de manifestações. Desse modo, a democratização deve começar pela valorização de todas elas, garantindo que nenhuma deixe de ser contemplada. No entanto, é notável que o preconceito atua de maneira incisiva nesse cenário. O “funk”, por exemplo, é caracterizado como música de baixa qualidade, sem cultura, como se não representasse a identidade brasileira, por estar relacionado aos moradores de favelas e periferias. Tal fato enfraquece a ideia de representação nacional.

Outro aspecto relevante ao processo de tornar a cultura uma realidade para todos é o acesso aos seus bens. Uma parcela muito pequena da população brasileira vai ao cinema e ao teatro, enquanto boa parte sequer visitou um museu. Além disso, a maioria dos municípios brasileiros não conta com espaços culturais. É evidente que o acesso à cultura envolve diversos aspectos, tais como transporte, custos de ingresso e, até mesmo, a questão intelectual. Para isso, em 1985, governo Sarney, foi criado o Ministério da Cultura. No entanto, a arte continua sendo exclusiva aos que têm maior poder aquisitivo, já que podem arcar com os custos e, por poderem pagar por educação de qualidade, compreendem melhor a linguagem artística e os contextos histórico e social. Desse modo, o que deveria unir a população é mais um fator segregador.

Fica claro, portanto, que a democratização cultural é imprescindível ao processo de inclusão social. Cabe ao Estado estimular o acesso aos meios artísticos, financiando o custo dos ingressos, facilitando o transporte até os centros culturais e incentivando o ensino de Artes nas escolas públicas. Além disso, a mídia tem papel crucial em conceber a mesma importância a todas as manifestações culturais, sem preterir determinados grupos sociais e regiões, em novelas, séries e até programas de televisão. Dessa forma, a cultura será, de fato, um patrimônio de todos, não só uma forma de expressão, mas também de orgulho brasileiro.

Tema 18

A xenofobia em discussão no século XXI

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A xenofobia em discussão no século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Xenofobia é o medo, aversão ou a profunda antipatia em relação aos estrangeiros, a desconfiança em relação a pessoas estranhas ao meio daquele que as julga ou que vêm de fora do seu país com uma cultura, hábito e religião diferente. A xenofobia pode manifestar-se de várias formas, envolvendo as relações e percepções do endogrupo em relação ao exogrupo, incluindo o medo de perda de identidade, suspeição acerca de suas atividades, agressão e desejo de eliminar a sua presença para assegurar uma suposta pureza.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Xenofobia>

Texto 2

Mohamed Ali, refugiado sírio residente no Brasil há três anos, foi hostilizado e agredido verbalmente em Copacabana, região nobre do Rio de Janeiro, onde trabalha vendendo esfihas e doces típicos. Em vídeo publicado nas redes sociais é possível ver um homem exaltado que grita repetidas vezes “sai do meu País!”, ostentando dois pedaços de madeira nas mãos e ameaçando o refugiado. “O nosso país tá sendo invadido por esses homens bombas, que matam crianças”, diz, em discurso xenofóbico.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/saia-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil> Acesso em 11 agosto 2017

Texto 3

Uma nova charge do semanário satírico francês “Charlie Hebdo” provocou revolta nas redes sociais. A peça sugere que Alan Kurdi, menino refugiado que morreu afogado ao tentar chegar à Europa, se tornaria um agressor sexual quando crescesse, em referência à recente onda de denúncias contra imigrantes na Alemanha.

“O que o pequeno Alan seria se ele se tornasse adulto?”, pergunta a charge, ao lado uma caricatura do corpo do menino afogado em uma praia. “Apalpador’ de bundas na Alemanha”, acrescenta.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/01/1729460-charlie-hebdo-e-criticado-por-retratar-menino-refugiado-como-estuprador.shtml>

Texto 4

Alemanha promete lutar contra xenofobia após ataques a refugiados

O Ministério do Interior da Alemanha liderou neste domingo (23) os pedidos para que se reprimam os racistas e militantes de direita, depois da segunda noite de confrontos entre manifestantes e a polícia do lado de fora de um abrigo para refugiados, numa cidade do leste da Alemanha, perto de Dresden. (...)

Cotas para imigrantes

O presidente francês, François Hollande, e a chanceler alemã, Angela Merkel, vão discutir durante uma reunião na segunda-feira (24) sobre as cotas para receber imigrantes, disse o ministro de Relações Exteriores francês, Laurent Fabius, neste domingo. Em junho, a União Europeia rejeitou uma iniciativa do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, para estabelecer cotas nacionais obrigatórias para receber parte dos milhares de refugiados e imigrantes que chegam às costas da Itália e da Grécia.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/01/1729460-charlie-hebdo-e-criticado-por-retratar-menino-refugiado-como-estuprador.shtml>

Modelo de Redação

O conceito de identidade nacional é muito importante para qualquer cidadão, pois expressa sentimentos que fazem um indivíduo se sentir integrado a uma determinada nação. Entretanto, é através da alteridade – o reconhecimento subjetivo através de um contato com o “outro” – que surgem problemas relacionados à convivência de diversas etnias e culturas. Dessa forma, a aversão ao estrangeiro toma conta do cenário mundial evidenciando inúmeras manifestações xenofóbicas.

Embora o Brasil tenha sido construído por raízes africanas, europeias e indígenas, o cenário também apresenta traços de preconceito. Nas eleições presidenciais de 2014, eleitores frustrados pela decisão eleitoral, publicaram mensagens preconceituosas, por meio do Twitter, pedindo a separação do país em estados do Sul e do Norte devido à média de votos para um determinado candidato em cada região. Dessa forma, observa-se que a xenofobia não é apenas a aversão ao estrangeiro, mas também o temor ao que é incomum ao ambiente de outros, em oposição à Fernando Pessoa, quando diz que “minha pátria é a língua portuguesa” imaginando que pudesse haver um sentimento de pertencimento a uma mesma cultura através da língua que os une.

Já na corrida eleitoral estadunidense, a situação se diferencia em alguns aspectos do território tupiniquim. Após os atentados pós 11 de setembro, os Estados Unidos iniciaram uma guerra ao terror contra o Iraque que gerou uma aversão ao islã, a chamada islamofobia. Porém, no cenário atual, o candidato à presidência da república, Donald Trump, tem apresentado

uma nova guerra em suas campanhas, não mais ao terror e sim ao imigrante, com a proposta de construir um muro entre os EUA e México para conter imigração ilegal. Devido a esse fato, vários artistas hollywoodianos têm feito campanhas para a ida dos cidadãos norte-americanos às urnas contra o republicano.

Fica evidente, portanto, que a xenofobia é um problema endêmico presente em diversos países independente de suas condições financeiras ou culturais. Sendo assim, o Ministério da Educação brasileiro deve investir na inclusão do estudo do folclore brasileiro e das literaturas africanas de Língua Portuguesa no currículo básico das crianças e adolescentes para que aprendam sobre a diversidade cultural presente no extenso território brasileiro. Além disso, a mídia também deve abordar a diversidade cultural presente no Brasil devido ao fácil acesso de informações para a maioria das pessoas. Somente dessa forma, Fernando Pessoa poderá se alegrar com a construção do sentimento de pertencimento dentro da cultura brasileira e a diminuição do preconceito.

Tema 19

Debate sobre a exploração animal em discussão no século XXI

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Debate sobre a exploração animal em discussão no século XXI**, apresentando a proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Por “exploração animal” entendem-se as atividades humanas que fazem uso de animais não-humanos, como a pecuária, a pesca, a apicultura, a experimentação animal (vulgarmente conhecida como vivissecção), a vestimenta, a caça, os zoológicos, o uso de animais em entretenimento (esportes, rinhas, circos, rodeios), para tração e transporte, o comércio de animais de estimação e outras formas possíveis de uso de animais que não estejam incluídas nessas categorias.

Tais atividades têm uma grande variedade de alcances e objetivos, não se restringindo à pecuária e à indústria alimentícia, uma das razões pelas quais o conceito de vegetarianismo tornou-se insuficiente no debate ético sobre as relações entre seres humanos e animais não-humanos.

Disponível em: <https://www.anda.jor.br/2009/06/exploracao-animal/>

Texto 2

Declaração Universal dos Direitos dos Animais – Unesco – ONU
(Bruxelas – Bélgica, 27 de janeiro de 1978)

ARTIGO 2

- a) Cada animal tem direito ao respeito.
- b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais, ou explorá-los, violando esse direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais.
- c) Cada animal tem direito à consideração, à cura e à proteção do homem.

ARTIGO 3

- a) Nenhum animal será submetido a maus-tratos e a atos cruéis.
- b) Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor ou angústia.

ARTIGO 4

- a) Cada animal que pertence a uma espécie selvagem tem o direito de viver livre no seu ambiente natural terrestre, aéreo e aquático, e tem o direito de reproduzir-se.
- b) A privação da liberdade, ainda que para fins educativos, é contrária a este direito.

ARTIGO 10

Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. A exibição dos animais e os espetáculos que utilizem animais são incompatíveis com a dignidade do animal.

Disponível em: <http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO.pdf>

Texto 3

Surgindo como uma alternativa mais justa e ética, os produtos cruelty free são aqueles que não são testados em animais. Para identificar quais empresas têm esse compromisso, a instituição Cruelty Free International criou o “Leaping Bunny”, título dado às marcas que se comprometem a não testar seus produtos em bichinhos, nem comprar ingredientes de fornecedores que têm essa prática. Para ganhar esse “selo”, as empresas passam por rigorosos processos de auditoria para verificar se elas se enquadram nos padrões da organização.

Outro grande marco histórico alcançado por meio dessa parceria foi a proibição, em 2013, da importação e compra de qualquer produto e/ou ingrediente que usasse cobaias animais nos países da UE. Hoje, a campanha já conta com mais de um milhão de assinaturas recolhidas ao redor do mundo e promoveu uma série de mudanças na política de diversos lugares, como Índia e Austrália.

Disponível em: <https://www.thebodyshop.com.br/beleza-do-mundo/cruelty-free-livre-crueldade-animal/>

Texto 4



Modelo de Redação

O documentário americano, “Blackfish”, narra a história da baleia orca performática, Tilikun, responsável por três mortes sua vida em cativeiro. Privado de explorar o oceano, o animal exerceu função de entretenimento para o público por mais de 20 anos, garantindo sua liberdade apenas em 2017, com seu falecimento. Esse cenário, que não só é presente com os mamíferos aquáticos, acomete todo reino animal e sua exploração por parte dos seres humanos. Dessa forma, essa despreocupação histórica com os seres não-rationais persiste na atualidade, uma vez que a lenta mudança do pensamento social acarreta a desproteção desses por meio das leis.

Em primeiro lugar, é necessário observar o âmbito cultural da sociedade que contribui para a persistência da exploração animal em pleno século XXI. Desde a utilização de cães como “bombas-vivas” na Segunda Guerra Mundial, até o teste de cosméticos em animais na atualidade, o ser humano não visualiza sua própria imagem como parte de uma mesma cadeia dos não-rationais, fato que culmina não só para os maus-tratos, mas também para uma mentalidade de superioridade e poder sobre aqueles que não possuem voz.

Essa relação hierárquica também pode ser entendida no plano cultural, uma vez que faz parte de muitas culturas do mundo os maus tratos com animais. Um exemplo disso é o rodeio, evento típico da região central do Brasil, que mesmo sendo forma de entretenimento, maltrata e inviabiliza os direitos de liberdade dos animais. Nesse sentido, é possível perceber que a falta de legislação resgatando a vida daqueles que não respondem por si mesmos é extremamente falha, uma vez que não ultrapassa nem os processos industriais do sistema capitalista, nem desintegra concepções históricas e culturais de um povo.

Sendo assim, é possível perceber que a exploração animal não é um fato hodierno, mas precisa ser revisto para o bem das futuras gerações. Para isso, é necessário um desenvolvimento midiático global, por meio de instituições como a World Animal Protection, através de propagandas em canais abertos de televisão e espaços públicos, como metrô e pontos de ônibus, com o intuito de alertar a população sobre os efeitos desse tipo de exploração. Além disso, faz-se necessário a intensificação da atuação das leis nacionais, a partir de pressão de grupos sociais protetivos, para que a cultura e mentalidade populacional seja modificada, focando no bem-estar desses indivíduos.

Tema 20

O preconceito linguístico e seus efeitos em discussão no Brasil

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O preconceito linguístico e seus efeitos em discussão no Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Quando apontamos uma variação linguística como erro, cometemos o que chamamos de Preconceito Linguístico. A língua é dinâmica e está sujeita a inúmeras variações. Essa peculiaridade de toda e qualquer língua é o que chamamos de variação linguística, que está sujeita ao contexto histórico, geográfico e sociocultural no qual os falantes estão integrados.

Essa pluralidade da língua é facilmente observada no Brasil, um país de extensão territorial e multiplicidade cultural significativas. As variações linguísticas acontecem porque, tendo em vista que a função primordial da língua é a comunicação, os falantes arranjam e rearranjam a língua de acordo com a necessidade de interação social.

Uma vez que essas variações visam à comunicação, jamais devemos considerá-las erros. Ao apontarmos essas alterações como erro, estamos cometendo o que chamamos de “preconceito linguístico”. Como todo preconceito, age-se maquiavelicamente em defesa de um dado status imposto como mais adequado e, por vezes, mais “bonito”.

É importante destacar ainda que as reflexões apresentadas anteriormente não são em defesa da queda da gramática e não respeito à norma-padrão. É necessário, é claro, que tenhamos consciência de que há normas que regem e são responsáveis por certa organização de nossa língua. Porém, não devemos nos esquecer do que é gramatical e do que é a língua em movimento em busca de alcançar sua função primordial: a comunicação.

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/gramatica/preconceito-linguistico-x-variacao-linguistica.htm>

Texto 2

Em Moçambique, idioma português se mistura com as línguas maternas.

Em Maputo, capital do país, é comum ouvir conversas que mesclam as línguas oficial e nativas.

Adotado como língua oficial em 1975, após a independência do país, o português de Moçambique vive o paradoxo de ser considerado pelo governo uma ferramenta de unidade nacional ao mesmo tempo que só é falado por metade da população.

O país africano foi um dos visitados pela Folha para o projeto “O Tamanho da Língua”, que

reúne histórias e curiosidades a respeito do idioma português.

Segundo o censo de 2007, 50,4% dos moradores falam português (80,8%, nas áreas urbanas e 36,3%, nas rurais). A maioria, porém, não o considera língua nacional.

O país tem oficialmente 20 línguas maternas. As mais faladas são a macua (26,3%) e a changana (11,4%).t

A porta da entrada para o aprendizado do português é a escola. No entanto, quase metade da população (45%) é analfabeta.

Na prática, os moçambicanos consideram o português uma segunda língua, que é bastante influenciada (estruturas gramatical, discursiva e retórica) pela língua mãe.

Em Maputo, capital do país, é comum ouvir conversas que misturam as línguas.

“Se a pessoa não percebe [entende] uma palavra em português, percebe em changana. Então mistura as duas [línguas] para contar uma história”, diz a cantora Xixel Langa, 34, que usa dessa estratégia nas músicas.

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/em-mocambique-idioma-portugues-se-mistura-com-as-linguas-maternas.shtml?loggedpaywall>

Texto 3



Modelo de Redação

Desde o parnasianismo, Olavo Bilac já exaltava a Língua Portuguesa como a “última flor do Lácio”, uma das heranças do Império Romano. A língua, como um dos principais instrumentos que sustentam a vida em sociedade, é responsável pela comunicação e interação entre os indivíduos. No entanto, ela também pode atuar de maneira negativa, sendo uma das ferramentas de segregação social. O preconceito linguístico, no Brasil, é muito evidente, e, por isso, é preciso entender que há diversas variantes na língua, e uma não deveria ser mais prestigiada em relação às demais.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, embora todos os brasileiros sejam falantes da língua portuguesa, ela apresenta diversas particularidades no contexto regional, etário, social e histórico. Isso significa que a língua está em constante transformação, e os responsáveis pelas mudanças são os próprios falantes, independente de classe social ou nível de escolaridade. Nesse sentido, não se deve desconsiderar a gramática normativa e suas regras, já que ela serve como base para o sustento do idioma, mas sim admitir que todas as variações são inerentes à língua, pois de acordo com o gramático Evanildo Bechara, “um falante deve ser poliglota em sua própria língua”.

Além disso, é evidente que o fato de existir uma variante padrão faz com que as demais sejam desprestigiadas, gerando o preconceito linguístico. Esse tipo de preconceito – pouco discutido no Brasil – acentua ainda mais a desigualdade social no país, porque a língua está totalmente ligada à estrutura e aos valores da sociedade, e os falantes da norma culta são aqueles que apresentam maior nível de escolaridade e poder aquisitivo. Entretanto, é incoerente pensar como as músicas de Adoniran Barbosa, que utilizavam a modalidade coloquial, faziam sucesso e o falar popular é excluído.

Fica claro, portanto, que a língua é um fator decisivo na exclusão social. Por isso, o preconceito linguístico deve ser admitido e combatido. Primeiramente, as escolas deveriam fazer uma abordagem mais aprofundada sobre esse tema, além de abordar, nas aulas de Português, todas as variantes existentes na língua. A mídia deveria parar de estereotipar os personagens de acordo com a sua maneira de falar, e poderia investir em campanhas que ajudem a desconstruir o preconceito linguístico. Dessa forma, podemos abandonar o rigor formal acerca da Língua como feito pelos Parnasianos e diminuir o preconceito e segregação na sociedade.

Tema 21

Os riscos da crise de representatividade

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os riscos da crise de representatividade para a democracia brasileira**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

representatividade

substantivo feminino

1.qualidade de representativo.

2.qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome.

Disponível em:https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&es_th=1&ie=UTF-8#q=REPRESENTATIVIDADE

Texto 2



Disponível em:[http://www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/sem%20partido%20\(1\).jpg](http://www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/sem%20partido%20(1).jpg)

Texto 3

Um das poucas certezas é a de que vivenciamos uma crise de legitimidade das instituições e um profundo mal-estar com a democracia existente no país. O problema central, portanto, me parece ser o da falta de legitimidade das instituições de representação. Há um esgotamento e uma descrença nelas que não é específica do Brasil, mas das democracias representativas de uma maneira geral e especialmente em relação aos partidos políticos.

Existe assim uma crise da própria democracia representativa. Essencialmente, os cidadãos não se sentem representados nem pelos partidos e muito menos pelos governos. Uma crise da representação política, visível na descrença e desqualificação do parlamento, dos partidos e dos políticos, especialmente entre os jovens. Pesquisa do Instituto Data Popular publicada no dia 21/6/2013, com 1.502 pessoas entre 18 e 30 anos, em 100 cidades do país, revelou que 75% não confiam nos políticos, nem nos partidos (e 59% também não confiam na justiça).

Essa descrença explica, em grande parte, a ausência de partidos nas manifestações e quando presentes (pequenos partidos de esquerda, como PSTU e Psol), foram rejeitados e hostilizados. Houve conflitos em diversas cidades entre militantes de partidos, com suas bandeiras, e os manifestantes. Isso ocorreu também nas manifestações na Europa e na chamada “primavera árabe”. O que revela que o problema não é específico do Brasil, é mais geral, como disse o sociólogo espanhol Manuel Castells, estudioso dessas manifestações em várias partes do mundo e que publicou recentemente um livro

“Indignação e Esperança – Movimentos Sociais na Era da Internet” (Zahar Editora). Para ele, uma das características desses movimentos é a rejeição aos partidos, “há um desprezo geral aos partidos políticos”.

Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/02/as-manifestacoes-e-a-crise-da-representacao-politica-no-brasil/>

Modelo de Redação

Poucos fatos integram tanto o imaginário nacional quanto o desinteresse político do brasileiro médio. Manifestado na piada, no esquecimento completo dos candidatos em que se votou na última eleição, no voto decidido na última hora, mas, sobretudo, na absoluta falta de esperança com o processo político, esse indiferença é, em si mesma, um sinal claro da crise de representatividade por que passa o sistema político. Tal problema, agudizado pelos inúmeros casos de corrupção, que destroem por completo a já pequena credibilidade dos agentes do Estado, oferece enormes riscos à democracia brasileira, os quais devem ser conhecidos e enfrentados.

Tenhamos em mente, antes de tudo, o que constitui o ideal de um modelo representativo. Concebido no início da Idade Moderna por autores como John Locke e vitorioso a partir da Revolução Francesa, o sistema é hoje a base do funcionamento de inúmeros Estados no mundo, em particular no Ocidente. Com efeito, toma-se na atualidade como um fato a ideia de que o poder emana do povo e que é, portanto, na qualidade de representantes que os agentes públicos exercem suas prerrogativas. Em suma, não é por terem recebido autoridade de Deus ou da natureza que governam, mas sim por meio do consentimento de seus súditos. A eleição de representantes pelo voto popular seria, assim, o mecanismo por excelência de transmissão do poder político.

Percebe-se, porém, que essa realidade admitida em teoria não é vivenciada na prática. De

fato, na medida em que distingue representantes e representados, o sistema político moderno tende inevitavelmente a criar um fosso cada vez maior entre esses dois níveis. De um lado, está o povo, teoricamente soberano, que na prática só se envolve com a política de tempos e tempos, nas eleições. De outro, há os que, em tese subordinados a interesses e vontades do povo, vivenciam a política diariamente, inclusive naquilo que ela tem de mais escuso, angariando poder e meios para seus projetos pessoais. No longo prazo, o que se dá é uma cada vez mais intensa crise: o povo, que em teoria é o detentor do poder político, não se vê representado no modo como essa força é exercida pelos agentes públicos.

Portanto, não é difícil perceber as razões da crise de representação que se verifica no Brasil atualmente. Na verdade, mantendo os mesmos caminhos, a situação só tende a piorar, com uma concentração cada vez maior de poder nas mãos de partidos que nada dizem aos anseios do povo. Contemplando-se esse quadro de terror, a única saída possível consiste em radicalizar a ordem democrática, fortalecendo os mecanismos de democracia direta, tais como os plebiscitos e referendos, o que pode ser conseguido com o apoio da mídia e com uma pressão da própria sociedade, já educada nos moldes da representatividade, sobre o Poder Público. Só com a concentração do máximo de decisões possíveis na atuação direta do povo e não de burocratas eleitos é que o “governo do povo” poderá ganhar autêntico significado no Brasil.

Tema 22

Mobilidade urbana no século XXI

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Mobilidade urbana no século XXI: o ir e vir em questão na sociedade brasileira**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Os movimentos e protestos populares a que o Brasil assistiu nos meses de junho e julho de 2013 trouxeram à tona a questão da mobilidade urbana e da acessibilidade, que está implicada (e diretamente) na formação e construção da identidade do indivíduo. Chaves na sociabilização dos habitantes de uma cidade, elas propiciam o acesso a seus recursos mais importantes: o capital social, cultural e econômico.

Assim, o direito à cidade é um dos direitos maiores das sociedades modernas. Uma das condições decisivas para que a acessibilidade aos bens urbanos se efetive é a mobilidade urbana, algo que vai além de transportes e da mera funcionalidade da cidade.

A mobilidade urbana não deve ser pensada apenas pelo viés técnico, como área de domínio dos engenheiros especializados, pois não se trata apenas de ofertar meios de transporte para uma demanda de circulação, instalando equipamentos e tecnologias. É a cidade que precisa

ser pensada em conexão com a questão da mobilidade e, de fato, isso não ocorre no Brasil.

Disponível em: <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/157>

Texto 2



Texto 3

O trânsito se tornou uma das maiores dores de cabeça para a população. O acúmulo de veículos nas ruas causa prejuízos, estresse, acidentes e poluição, e tende a piorar nos próximos anos, caso não sejam adotadas políticas mais eficientes.

O problema agravou-se nas últimas décadas graças à concentração de pessoas nas cidades, à falta de planejamento urbano, aos incentivos à indústria automotora e ao maior poder de consumo das famílias. Isso tudo provocou o que os especialistas chamam de crise de mobilidade urbana, que acontece quando o Estado não consegue oferecer condições para que as pessoas se desloquem nas cidades.

Segundo o relatório “Estado das Cidades da América Latina e Caribe”, 80% da população latino-americana vive em centros urbanos e 14% (cerca de 65 milhões) habita metrópoles como São Paulo e Cidade do México. Ocorre que esse aumento contínuo da população urbana não foi acompanhado de políticas de urbanização e infraestrutura que resolvessem questões como moradia e transporte.

A má qualidade do transporte público e o incentivo ao consumo faz a população optar pelo transporte individual. De acordo com o Observatório das Metrópoles, a frota de veículos nas metrópoles brasileiras dobrou nos últimos dez anos, com um crescimento médio de 77%. Os dados revelam que o número de automóveis e motocicletas nas 12 principais capitais do país aumentou de 11,5 milhões para 20,5 milhões, entre 2001 e 2011. Esses números correspondem a 44% da frota nacional.

Trecho disponível em <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/mobilidade-urbana-como-solucionar-o-problema-do-transito-nas-metropoles.htm>

Texto 4



Modelo de Redação

Aumento nas tarifas. Superlotação. Veículos sem manutenção. Acessibilidade precária. Trânsito caótico. Contrariando a Constituição Federal, que tem como uma de suas garantias fundamentais o direito de ir e vir aos cidadãos, a mobilidade urbana no Brasil apresenta diversas falhas no que diz respeito à qualidade dos serviços oferecidos, ampliando significativamente a insatisfação das pessoas dependentes desses meios de transporte.

Primeiramente, é possível apontar que essa defasagem social contribui para o crescimento ascendente do número de veículos particulares nas ruas, já que a população insatisfeita enxerga vantagens em um meio de transporte próprio. Entretanto, essa alternativa promove um trânsito caótico com engarrafamentos quilométricos, porque mesmo os grandes centros não estão estruturados – apresentam má sinalização e iluminação, buracos nos asfaltos, altos índices de violência – para suportar esse fluxo desordenado de carros, motos e ônibus. Em São Paulo, por exemplo, há um esquema de rodízio de veículos para tentar amenizar esses problemas, mas ainda assim é uma medida insuficiente.

Outro ponto negativo dessa realidade é a dificuldade de locomoção que os portadores de necessidades especiais enfrentam, visto que a acessibilidade está diretamente ligada à mobilidade urbana: não há acesso se não há planejamento e aplicação de medidas inclusivas. Dessa forma, fica claro que essa insuficiência afeta a população em vários níveis, chegando até mesmo a provocar, por exemplo, males advindos do estresse, segregação e acidentes. Isso acontece porque não há conforto nem comodidade nos veículos que na maioria das vezes estão superlotados e as viagens duram períodos cada vez mais longos.

Diante disso, é essencial que o Governo aplique as verbas destinadas aos transportes na sua manutenção e acessibilidade e invista em projetos de mobilidade urbana e obras nas cidades, garantindo assim uma reestruturação e adaptação dos meios e demais vias de locomoção. Cabe à sociedade ficar atenta ao que é seu por direito e não esquecer o que as “Manifestações dos 20 centavos” representaram, reivindicando perante as autoridades responsáveis justiça nas taxas e prestações desses serviços, fazendo valer o que está escrito na Constituição.

Tema 23

A inclusão social do deficiente físico em questão no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A inclusão social do deficiente físico em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Como sabemos, e como já foi referido, são inúmeros os obstáculos existentes para os deficientes, sendo a inclusão escolar uma das grandes barreiras no nosso país. “Uma escola para todos e para cada um” é um grande objetivo a cumprir para a inclusão. Uma escola que acolhe as diferenças, que colabora (...) será um bom princípio para combater a exclusão social. Dividir a escola em termos de alunos “normais” e alunos “deficientes” não é certamente um princípio inclusivo e o objetivo pretendido.

O caminho para termos uma sociedade incluída será, provavelmente, aprofundar a Educação Inclusiva apoiando todos os alunos com dificuldades, dando-lhes uma educação de qualidade num ambiente comunitário e diverso.”

Texto adaptado. Disponível em: <http://www.deficiencia.no.comunidades.net/index.php?pagina=117711808>

Texto 2

16. Financiamento Público para Ações de Inclusão

16.1 – Há alguma linha de financiamento público federal voltado para programas de inclusão com pessoas de deficiência?

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (PAIS), disponibiliza recursos para financiar os programas empresariais.

16.2 – Quais são os itens financiáveis?

Obras civis e adaptação física de instalações, equipamentos especiais, ajudas técnicas – próteses, órteses, equipamentos, elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização, equipamento e material pedagógico especial, maquinaria e utensílios de trabalhos especiais –, capacitação de pessoal para convívio no trabalho com as PPD, capacitação das PPD para assumirem postos de trabalho e consultoria técnica para a realização dos projetos e atividades. As informações podem ser encontradas na página do BNDES na internet: <http://www.bndes.gov.br/programas/sociais/pais.asp>.”

Texto 3

Janeiro de 2016 marca o início de um novo olhar sobre os 45 milhões de brasileiros com algum grau de deficiência. Entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. Agora começa também a batalha para tornar realidade o rol de direitos garantidos pela nova lei

A semente da LBI foi lançada no Congresso Nacional, 15 anos atrás, pelo então deputado federal Paulo Paim (PT-RS). Ao chegar ao Senado, ele reapresentou a proposta, que acabou resultando na Lei 13.146/2015. A tramitação na Câmara possibilitou à relatora, deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), ajustar o texto original às demandas dos movimentos sociais e aos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo 186/2008), que recomendava a eliminação de qualquer dispositivo que associasse deficiência com incapacidade.

As inovações trazidas pela nova lei alcançaram, entre outras, as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte. A seguir, destacam-se alguns dos avanços fundamentais para a conquista da autonomia na causa da deficiência.

Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/lei-brasileira-de-inclusao-entra-em-vigor-e-beneficia-45-milhoes-de-brasileiros>

Texto 4



Modelo de Redação

Desde as civilizações medievais até os povos indígenas mais recentes, existia uma cultura de exclusão e abandono de crianças que possuíam algum tipo de deficiência. Elas eram entendidas como um mau sinal, vindo de um castigo dos deuses ou de forças superiores. Embora ainda haja muito preconceito acerca dessa minoria, há no Brasil ações que buscam a inclusão dos deficientes na sociedade, visto que o número de pessoas com algum tipo de deficiência ultrapassa populações inteiras de países como Chile e Holanda.

Em uma primeira análise, percebe-se que o esporte é um excelente método inclusivo. Prova disso é a excelente campanha histórica da delegação brasileira nos Jogos Paralímpicos de Londres em 2012, em que foram conquistadas vinte e uma medalhas de ouro, desempenho sete vezes melhor em comparação às conquistas nas Olimpíadas. Acontecimentos dessa natureza trazem como consequência maiores investimentos em projetos esportivos voltados para pessoas com necessidades especiais, principalmente após a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ter sido sancionada pelo Governo em 2015, comprovando a eficácia das práticas esportivas como forma de integração social.

Além do aspecto esportivo, a área da educação também surge como forma eficiente de inserção. Neste sentido, as escolas e universidades estão adotando posturas inclusivas em salas de aula, como por exemplo, o ensino obrigatório de LIBRAS (linguagem brasileira de sinais) em qualquer curso de licenciatura. Somado a isso, algumas escolas particulares, em busca de um maior abraçamento dos alunos deficientes, contratam tutores para auxiliar esses estudantes, juntamente com o apoio do professor. A escola costuma ser um dos mais importantes ambientes de socialização, por conseguinte, deve ser democrático e igualitário incorporando a todos os seus frequentadores, sem distinção.

Torna-se claro, portanto, que o meio esportivo e o campo educacional são de extrema importância para a inclusão dos cidadãos com deficiência. Sendo assim, o governo deve investir em projetos gratuitos para deficientes, por meio da criação de centros esportivos e culturais, além de melhorar a acessibilidade urbana para que todos desfrutem dos espaços sociais, garantindo o respeito e a igualdade de direitos. Ademais, as escolas precisam capacitar os profissionais de educação, por meio de cursos específicos, para que lidem de forma adequada com as crianças debilitadas fisicamente. Por fim, a mídia deve cumprir plenamente sua função social, desmistificando a deficiência física através de propagandas e ficção engajada a fim de erradicar o preconceito e promover na sociedade uma consciência inclusiva. Outras medidas devem ser tomadas, mas, como disse Oscar Wilde, “o primeiro passo é o mais importante na evolução de um homem ou nação”.

Tema 24

Os efeitos do uso de substâncias estimulantes no século XXI

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os efeitos do uso de substâncias estimulantes no século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O mundo do UFC foi sacudido, no final da noite desta terça-feira, pela divulgação do resultado positivo de um exame antidoping de Anderson Silva, realizado pela Comissão Atlética do Estado de Nevada. O ex-campeão dos médios foi pego por uso de drostanolona, cujos metabólitos foram detectados em um teste de urina.

A revelação do doping ocorreu apenas três dias depois de o brasileiro vencer Nick Diaz por pontos, no UFC 183, em Las Vegas, nos Estados Unidos. Os testes foram realizados nos dias 9, 19 e 31 de janeiro, mas apenas no primeiro foram encontradas substâncias proibidas. Além da drostanolona, também foi detectada a substância androsterona, um outro esteroide que é usado via oral. Por tudo isso, é possível que a luta, vencida pelo brasileiro, seja declarada como “sem resultado”. O atleta pode receber um gancho de nove meses pelo doping.

No ano passado, em entrevista ao site MMA Junkie, Anderson falou sobre doping no esporte. “Essa questão não é só ruim para mim, mas para o esporte em geral. Todo mundo ama o UFC, crianças, famílias e, com caras sendo pegos usando esteroides, isso é um problema. Quando pessoas testam positivo, não deviam mais lutar. Quem usa, faz por um bom tempo e mostra que tem um problema. Mas esteroide é uma droga e nunca uma droga pode ser boa para o esporte”, afirmou na ocasião.

Nick Diaz, que já teve outro caso de doping na carreira, também foi pego por uso de maconha após a luta do último sábado. A polêmica se dá em um momento que o UFC lida com outros casos de doping, como o do campeão dos meio-pesados Jon Jones, que em exame foi pego por uso de cocaína.

Disponível em: <http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/noticias/anderson-silva-e-pego-em-exame-antidoping>.

Acesso em 12 fev 2015 (Adaptado).

Texto 2

Nas escolas de segundo grau dos EUA, a pressão por boas notas e a concorrência por vagas em universidades estão incentivando estudantes a abusar de estimulantes vendidos com receita médica. Os adolescentes dizem que obtêm os estimulantes de amigos, os compram de traficantes, também estudantes, ou falsificam sintomas para que médicos lhes dêem receitas

médicas.

A DEA (o órgão dos EUA responsável pela repressão e o controle de drogas) classifica estimulantes vendidos com receita médica como substâncias controladas de “Classe 2” – a mesma da cocaína e morfina -, que têm utilização médica, mas que provocam dependência. Esses estimulantes também encerram altos riscos legais: poucos adolescentes compreendem que dar um comprimido de Adderall ou Vyvanse a um amigo é o mesmo que vendê-lo e pode ser qualificado como crime.

Mas o abuso de estimulantes pode levar à depressão e a mudanças repentinas de humor (decorrentes da privação de sono), taquicardia e exaustão aguda ou psicose durante a abstinência, dizem médicos. Psicólogos que trabalham com dependentes químicos dizem que, para alguns adolescentes, os comprimidos conduzem ao abuso de analgésicos e soníferos.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/50768-a-ascensao-da-pilula-da-boa-nota.shtml>. Acesso em 13 fev 2015 (Adaptado).

Texto 3



Modelo de Redação

A questão da utilização de substâncias estimulantes com o fim de promover o aumento do desempenho físico não é recente. Nunca, ao longo de todo o percurso do esporte, houve tanto consumo de drogas, principalmente por praticantes de esportes que exigem grandes esforços e bom condicionamento físico. De modo paralelo, observamos na população em geral o uso descontrolado de medicamentos e drogas estimulantes com a finalidade de potencializar ao máximo as funções cognitivas.

Nos anos de 1980, houve um considerável aumento na prática de exercícios físicos, que provocou uma grande busca por academias de ginástica. A valorização da aparência dos músculos desenvolvidos ou com hipertrofia, até mesmo nas mulheres, passou a ter um patamar positivo e a ser divulgada pela mídia. Assim, vemos, hoje, um comércio paralelo que disponibiliza drogas anabolizantes, o qual é frequentemente denunciado em reportagens jornalísticas. A busca incessante por um corpo perfeito e, às vezes, o pouco conhecimento dos frequentadores de academia mantém esse comércio clandestino em crescimento.

Outrossim, observa-se na sociedade um grande aumento da ingestão de medicamentos que possam potencializar o raciocínio e melhorar o desempenho nas atividades exercidas. O uso dessas drogas representa a falência do esforço e a ode à preguiça, já que as substâncias praticamente agem de forma a maximizar, de maneira independente do usuário, a capacidade de pensar e agir. Pesquisas científicas mostram as reações acima da média produzidas pelo organismo, que produz esforços consideráveis. Porém, ao parar de ingerir, há uma notável falta de energia levando à depressão, o que também é negativo, pois as ações cotidianas que eram normalmente feitas são prejudicadas.

No mundo dos imediatismos e das soluções na palma da mão, o ludíbrio do cérebro surge como mais uma ferramenta na solução rápida das adversidades, deixando de lado a própria autonomia como ser humano e provocando até um sentimento enganoso de poder. Portanto, para que esse problema seja minimizado ou até mesmo erradicado, tanto no meio social quanto no esportivo, é necessário que os profissionais de saúde e da educação física devam banir o uso de drogas relacionado com o máximo rendimento de atletas ou com fins estéticos. As drogas só devem ser utilizadas somente por indicação médica consciente. O uso dessas substâncias, quando constatado, deve ser denunciado aos conselhos competentes, para que a punição seja executada.

Tema 25

As redes sociais como meio de ativismo

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **As redes sociais como meio de ativismo**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1



Texto 2

O que é ciberativismo?

É uma forma de ativismo pela internet, também chamada de ativismo online ou digital, usada para divulgar causas, fazer reivindicações e organizar mobilizações. “É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos

públicos e panfletos”, diz o professor de comunicação da Universidade Federal Fluminense Dênis de Moraes em seu texto O Ativismo Digital, divulgado, claro, na internet. Usado principalmente por ONGs e entidades civis, o ciberativismo é uma alternativa mais democrática e acessível do que os meios de comunicação de massa tradicionais e pode ser praticado por qualquer pessoa que tenha acesso à internet. E de várias formas. Você pode participar de fóruns e grupos de discussões, mandar e-mails a representantes políticos exigindo providências sobre determinada questão, assinar abaixo-assinados online cobrando de empresas e autoridades o cumprimento dos direitos do consumidor (...), apoiar a causa dos direitos humanos e defesa de minorias (...) e até mesmo criar blogs para divulgar essas e outras causas, como o combate à corrupção, a conservação da natureza e a propagação da cultura de paz. (...) No fim de 2006, por exemplo, a caixa postal do senador mineiro Eduardo Azeredo foi inundada por e-mails contrários ao projeto de lei que obrigava a identificação dos usuários de internet antes de iniciar qualquer operação que envolvesse interatividade. A mobilização surtiu resultado e o projeto acabou sendo arquivado.

Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_281598.shtml

Texto 3

O apoio a causas pela internet motiva ações no mundo real? Segundo uma pesquisa da Universidade de British Columbia, no Canadá, esse tipo de manifestação on-line pode ter, na verdade, um efeito inverso. Segundo o estudo, a sensação de dever cumprido provocada pelo clique no botão “curtir” estimula as pessoas a deixarem de lado ações mais significativas, como doar dinheiro a instituições ou se engajar de fato em um trabalho voluntário.

O objetivo dos cientistas era investigar um fenômeno que ainda gera controvérsias entre estudiosos, conhecido como slacktivism. O termo em inglês, surgido em 1995, é formado pelas palavras slack (preguiçoso, negligente) e activism (ativismo). Na época, a expressão se referia às atividades feitas por jovens na internet para afetar a sociedade de forma progressiva. (...) Na investigação, os pesquisadores canadenses conduziram uma série de testes para verificar se, após demonstrarem apoio a uma instituição, as pessoas se sentiam mais ou menos dispostas a doar dinheiro a essa entidade. No mais significativo deles, um grupo de voluntários ganhou broches para mostrar apoio aos veteranos de guerra. Enquanto uma parte era convidada a usar o broche, a outra era orientada a não exibi-lo. Depois, todos os participantes foram convidados a fazer uma doação. Entre os que ganharam as peças, mas não a penduraram na roupa, o índice de contribuição foi bem mais alto; já os que ostentaram o símbolo não doaram muito mais do que as pessoas que não receberam brinde.

Disponível em: http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2013/11/28/noticia_saudeplena,146533/apoio-a-causas-em-redes-sociais-produz-sensacao-de-dever-cumprido.shtml

Texto 4

Um indício de que o fascínio com o poder das redes sociais para divulgação de temas políticos poderia estar sendo exagerado vem do fato de que os milhões de usuários que recobriram a foto de seu perfil com as cores do movimento gay representam menos de 2% das contas do Facebook (no Brasil, a porcentagem não é divulgada) – e quem viu a maior parte dos amigos trocar a imagem pode estar simplesmente associado a mais pessoas que são favoráveis

ao casamento gay.

Para o professor de comunicação política Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no entanto, isso não é motivo para desprezar a força do ativismo on-line. “Primeiro, porque não é verdade que as pessoas só convivam com iguais nas redes. Se fosse assim, não haveria a ‘trolagem’, não haveriam confrontos. E também porque as pessoas não são monolíticas: podem concordar com uma opinião de seus amigos, mas não com outras”, diz.

Convivendo com pessoas que pensam diferente e que exibem, às vezes em grandes grupos, simultaneamente, a mesma posição, torna-se mais provável que as pessoas passem a refletir mais sobre um tema – ou porque não tinham pensado nele, ou porque começam a admitir que o argumento dos amigos é válido. Ou até por questões psicológicas, conforme diz o professor Jamil Marques, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). “Temos sempre medo de ficarmos isolados, e às vezes isso pode nos fazer rever posições”, diz.

Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/o-ativismo-de-facebook-funciona-a2gv7jl59b5zl930qlb1uzepp>

Modelo de Redação

Sabe-se que as redes sociais facilitam, de maneira abrangente, o contato entre as pessoas. A ferramenta transformou-se em um importante meio para a divulgação de trabalhos, reencontro de velhos amigos, expressão de ideologias e reunião de pessoas em prol de um mesmo motivo como passeatas e protestos, que têm ocorrido em grande escala ultimamente. Há, porém, um problema que se destaca: em um cenário de ativismo virtual, presencialmente o povo parece permanecer inerte, o que impede, de certa forma, a existência de manifestações concretas e com efeitos importantes para o mundo contemporâneo.

Além de passeatas como “Orgulho GLBTS” ou movimentos raciais, grande número desses eventos tem ocorrido no Brasil em razão de problemas políticos, organizados, geralmente, por meio de redes sociais, alcançando uma união de proporções grandiosas. Se comparados a eventos como as “Diretas Já”, que reuniu cerca de 1,5 milhão de pessoas, ou o “Fora Collor”, que reuniu cerca de 10 mil, verifica-se que os números atuais são muito maiores. O “Fora Dilma”, segundo seus organizadores, contou com a presença de 6,9 milhões de pessoas; a “Marcha das Vadias”, que protestava contra a crença de que as mulheres, vítimas de estupro, teriam provocado a violência por meio de seus comportamentos, ocorreu em todo o mundo e, apenas em Toronto, Canadá, contou com 3 mil participantes.

Entretanto, o ativismo virtual, muitas vezes, dá espaço às ruas desertas, sem manifestantes e, principalmente, sem organização. Nas palavras do sociólogo Manuel Castells, uma vez que “não basta apenas criticar na internet, é necessário que o movimento seja visível”, a inércia do indivíduo que só se revolta online não é saudável para os movimentos sociais. Um exemplo disso está nas próprias manifestações próximas à votação do impeachment da presidente: o movimento das redes sociais era imensurável; a presença nas ruas, porém, era mínima. Diante desse quadro, é importante propor medidas que não só alavanquem esses movimentos, mas também levem os ativistas das cadeiras de seus computadores e os levem às manifestações reais.

Torna-se evidente, portanto, que, apesar de ser uma grande ferramenta nas reivindicações populares, a internet pode ajudar a desorganizar movimentos, mantendo sua ineficiência. Para resolver esse problema, a mídia e as ONGs, em parceria, podem trabalhar em comerciais de TV, programas, debates e campanhas a necessidade de o povo se manifestar presencialmente, lutando pelos seus direitos com propostas e movimentos concretos. Além disso, em um

contexto de nascimento de indivíduos já conectados à internet, a escola pode trabalhar, em discussões e aulas temáticas, a necessidade de se sair às ruas e lutar por direitos, o que já existe no Brasil, mas, buscando resultados objetivos, precisa ser muito maior.